

**ELIZABETH MÀRCIA DOS SANTOS**

**RESISTÊNCIA ESCRAVA: AS FUGAS DE ESCRAVOS EM SÃO JOÃO DEL  
REI NA ÚLTIMA DÉCADA DE ESCRAVIDÃO NO BRASIL**

Monografia apresentada para a obtenção do título de especialista no curso de Pós-Graduação (lato senso) em História de Minas dos séculos XVIII e XIX. Departamento das Ciências Sociais e jurídicas. Universidade Federal de São João del-Rei.

**UFSJ- Universidade Federal de São João del-Rei**

**SÃO JOÃO DEL-REI**

**Agosto 2004**

**ELIZABETH MÁRCIA DOS SANTOS**

**RESISTÊNCIA ESCRAVA: AS FUGAS DE ESCRAVOS EM SÃO JOAO DEL  
REI NA ÚLTIMA DÉCADA DE ESCRAVIDÃO NO BRASIL**

Monografia apresentada para a obtenção do título de especialista no curso de Pós-Graduação (lato senso) em História de Minas dos séculos XVIII e XIX. Departamento das Ciências Sociais e jurídicas. Universidade Federal de São João del-Rei.

**SÃO JOÃO DEL-REI**

Agosto 2004

**ELIZABETH MÁRCIA DOS SANTOS**

**RESISTÊNCIA ESCRAVA: AS FUGAS DE ESCRAVOS EM SÃO  
JOÃO DEL-REI NA ÚLTIMA DÉCADA DE ESCRAVIDÃO NO BRASIL**

Monografia apresentada ao curso de Pós graduação Lato Sensu em História de Minas dos séculos XVIII e XIX da Universidade Federal de São João del-Rei, para a obtenção do grau de Especialista.

---

Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Silvia Maria Jardim Brugger  
Orientadora

**Menção: \_\_\_\_\_**

## LISTAS DE TABELAS

<b>Tabela nº 1</b> - Escravos fugidos segundo o sexo	29
<b>Tabela nº 2</b> - A cor/condição dos escravos noticiados no jornal 1877-1888	32
<b>Tabela nº 3</b> - As marcas dos escravos nas páginas do jornal “O Arauto de Minas”	40
<b>Tabela nº 4</b> - Os anúncios de fuga segundo a idade	43
<b>Tabela nº 5</b> - Anúncios de fuga quanto a estatura dos escravos	43
<b>Tabela nº 6</b> - Tipos de fugas	44
<b>Tabela nº 7</b> - Escravos de Gabriel F da Silva quanto ao matrimônio -1872 e 1883	52

## AGRADECIMENTOS

São tantas as pessoas que mereciam serem mencionadas aqui, que eu poderia incorrer em dois erros pelo menos, a caso quisesse citá-las uma a uma, o primeiro, é que poderia esquecer injustamente de alguém e o segundo, e que com certeza ocorreria, era de que a lista seria tão grande, que se tornaria maior que a própria monografia.

Assim, limito-me a dizer o quão importante foi nessa caminhada a presença de minha família, que mesmo sem compreender muito desse mundo acadêmico, souberam respeitar minhas escolhas e compreenderam como era importante para mim este trabalho.

Existem pessoas que mesmo não estando diretamente envolvidos com essa pesquisa não poderiam deixar de serem citadas, dentre elas, o amigo e companheiro Regilênio, cuja presença e compreensão foi de fundamental importância nessa caminhada, e a Cláudia, que mais do que uma tia é a amiga de todos os momentos, os meus eternos agradecimentos!

A Melisse, amiga e confidente, pelos constantes diálogos envolvendo nossos temas de trabalho .

Agradeço também a professora Silvia Brugger pelas leituras e comentários durante a elaboração dessa monografia, pelas indicações bibliográficas e especialmente por ter aceitado orientar-me, quando o tempo já estava escasso.

A professora Maria Tereza pelas sugestões sobre o tema e referência bibliográfica.

Não poderia deixar de registrar meus agradecimentos aos funcionários da Biblioteca Municipal, em especial ao Sr. Altamiro, que com tanta presteza se dispôs a apresentar-me os Jornais do século XIX. Aos funcionários do Museu Regional, pela atenção, o meu muito obrigado!

## SUMÁRIO

<b>Introdução</b> .....	09
<b>Capítulo I – Resistência Escrava e Abolição</b> .....	16
1.1 – O conceito de resistência.....	16
1.2 - A participação escrava no processo de abolição.....	20
<b>Capítulo II – Característica das fugas e dos escravos em fuga</b> .....	28
2.1 – As fugas quanto ao sexo.....	29
2.2 – As fugas quanto à cor.....	31
2.3 – As fugas e a família.....	35
2.4 – As fugas quanto aos defeitos físicos e cicatrizes.....	39
2.5 – As fugas quanto à idade e a estatura.....	43
2.6 – Fugas individuais ou Coletivas?.....	44
2.7 – Algumas fugas.....	46
<b>Capítulo III – Um homem e seus escravos</b> .....	50
3.1 – A escravaria de Gabriel Ferreira da Silva.....	51

3.2 – As fugas de Conceição da Barra.....	55
<b>Considerações finais .....</b>	<b>58</b>
<b>Referências bibliográficas.....</b>	<b>61</b>

## RESUMO

Este trabalho tem por objetivo analisar as fugas de escravos que ocorreram na última década de escravidão no Brasil, considerando que as fugas foram estratégias de resistência do negro à dominação senhorial. Também buscamos discutir a participação do escravo no processo de abolição e a atitude da sociedade frente às mudanças ocorridas na segunda metade do século XIX que ocasionaram, em 1888, na abolição da escravidão.

Utilizamos como principal fonte de pesquisa o jornal “O Arauto de Minas”, que com o seu discurso conservador nos permitiu acompanhar as fugas de escravos, noticiadas com frequência em suas páginas, até os últimos dias de escravidão no país.

Diante desses objetivos, procuramos no primeiro capítulo discutir o conceito de resistência e a participação do cativo no processo de abolição, no segundo capítulo, procuramos discutir as fugas que ocorreram nessa região, bem como, traçar o perfil dos escravos fugitivos. Também buscamos através dos anúncios verificar o discurso dos senhores sobre os escravos.

Em nosso terceiro capítulo consideramos o inventário de um fazendeiro de Conceição da Barra, região que mais apresentou fugas de escravos neste período, na intenção de conhecer um pouco da história de escravos que resolveram fugir dos domínios de seu senhor.

Nos foi possível observar que as fugas foram constantes nesta região, e que até fevereiro de 1888 elas foram registradas pelos senhores no jornal são-joanense, demonstrando, segundo nosso entendimento, o apego que os senhores da região tiveram à escravidão e a dificuldade em aceitar que o fim do regime escravista estava próximo. Mesmo que as leis emancipacionistas, que surgiram ao longo da segunda metade do século XIX, e o movimento abolicionista ganhassem força e sinalizassem para o fim da escravidão, na região são-joanense, os senhores continuaram a requerer os seus direitos de proprietários de escravos até os últimos dias de escravidão. Isso nos parece poder ser comprovado pelo discurso do jornal “O Arauto de Minas” em que recompensas para a captura de escravos fugidos eram oferecidas até poucos dias antes da abolição.

A partir desse trabalho também foi possível observarmos que as fugas de escravos foram predominantemente individuais; os escravos que mais recorreram a elas foram do sexo masculino, os de altura regular, os mais jovens de (16 a 25 anos).

A partir das fugas de escravos de São João Del Rei e região, percebemos como se deu a participação do cativo no processo de abolição. As fugas foram mais uma maneira dos cativos são-joanenses pressionarem para o fim da escravidão.



## Introdução

Trezentos anos de escravidão no Brasil deram origem a inúmeros trabalhos historiográficos que buscaram e buscam compreender as diferentes nuances do sistema escravista. Esta pesquisa é mais um destes trabalhos. Nosso objetivo é procurar compreender um pouco dessa história e desvendar a participação do cativo nessa sociedade, já que, na maior parte das vezes, o que ficou registrado nos documentos foi o silêncio desses escravos.

A base documental a ser utilizada é bem delimitada: anúncios de fugas de escravos do Jornal “O Arauto de Minas” e dois inventários pós-mortem. Todavia acreditamos poder contribuir para a discussão sobre a resistência escrava, em especial na região são-joanense que ainda tem muito a ser explorada em termos de escravidão.

As fugas foram escolhidas para nosso trabalho por serem um dos aspectos do resistir escravo, à falta de alimentação, aos castigos excessivos, ao trabalho compulsório e a quebra de acordos pré estabelecidos, como dias de folga e separação de famílias.

Torna-se indispensável apresentarmos nossa principal fonte: o jornal “O Arauto de Minas”, já que todas as fugas que vamos analisar foram recolhidas em suas páginas. Órgão do partido conservador de São João Del-Rei, “O Arauto de Minas” foi fundado em 1877 tendo como editor Severiano de Resende e já em suas primeiras edições encontramos anúncios de escravos fugidos. A escolha pelo Arauto se deve ao fato de termos encontrado arquivado na Biblioteca Municipal de São João del-Rei, doze anos seguidos de publicação desse jornal o que foi de grande importância para a realização deste trabalho.

O período no qual se inscreve a pesquisa 1877-1888 foi escolhido considerando o ano de fundação do Jornal “O Arauto de Minas” (1877) até a abolição da escravidão (1888), além de que, acreditamos que o período pós 1870 foi marcado por grandes mudanças, leis foram criadas, além da mudança da visão da sociedade sobre a escravidão<sup>1</sup>, fazendo das últimas décadas de escravidão no país um período crítico . A instituição escravista estava sendo questionada, as divergências de opiniões eram freqüentes e o medo da mudança ameaçava os

---

<sup>1</sup> Sobre a mudança no modo de ver e viver a instituição escravista, ver REIS, João José e SILVA, Eduardo. *Negociação e Conflito: A resistência negra no Brasil escravista*. São Paulo: Cia das Letras, 1989, em que os autores tratam da mudança do paradigma ideológico colonial após 1871. Também MACHADO, Maria Helena Pereira Toledo. *Crime e Escravidão: Trabalho luta e resistência nas lavouras paulistas 1830-1888*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987, fala sobre a mudança de atitudes dos senhores mediante a necessidade de mão-de-obra gerada pelo fim do tráfico de escravos o que se fez acompanhar por uma mudança de atitude por parte dos escravos.

senhores. Os escravos adquiriam cada vez mais autonomia nessa sociedade, embora a impressão que se tem é que, para muitos proprietários de escravos, a escravidão ainda iria durar por muitos anos, já que até 1888 foi possível encontrarmos anúncios com boas recompensas para a captura do escravo fujão, isso acontece não apenas nessa região, onde os senhores e a sociedade de maneira geral eram bastante conservadores<sup>2</sup>, mas parece ter sido bem comum em grande parte do país<sup>3</sup>.

Os anúncios a serem analisados não seguem um padrão. Há anúncios bastante extensos, outros ao contrário são sucintos, quase tímidos. Alguns com promessas de gorda recompensa nos fazem imaginar o quão valioso deveria ser o serviço desses escravos para seu senhor. Ainda que a maioria dos anúncios noticie fugas individuais, às vezes fugas envolvendo dois ou mais escravos aparecem nas páginas do jornal “O Arauto de Minas” e nos fazem pensar nos laços de solidariedade entre esses cativos que se uniam em torno de um objetivo comum, a fuga. Há ainda aquelas fugas que são anunciadas durante várias semanas o que pode indicar o sucesso do escravo.

Se entre os anúncios há tantas variações, entre os escravos em fuga pelo menos, há uma coisa em comum, é o fato de procurarem se diluir no anonimato da massa escrava e de negros livres, aproveitando inclusive este período de crise da instituição escravista, em que as idéias abolicionistas circulavam por todo o país.

Dados fornecidos por Robert Conrad, apontam que as três maiores províncias do império poucos anos antes da abolição possuíam entre oitocentos e novecentos mil escravos, daí o maior descontentamento e resistência ao fim da escravidão apresentados por estas províncias<sup>4</sup>, sem contar que o escravo continuou a ser uma propriedade rendosa que propiciava ao senhor lucros adquiridos sobre seu trabalho, podendo ainda ser alugado, hipotecado durante todo o século XIX. E uma vez que o preço do cativo no mercado aumentara tanto no pós 1850, devido à extinção do tráfico atlântico, como Minas Gerais pôde continuar como importadora ativa de escravos?

Ao contrário das muitas interpretações sobre a província mineira no século XIX, Borges Martins<sup>5</sup> afirma que, após a decadência da mineração, esta província foi uma

<sup>2</sup> Percebemos este conservadorismo em São João del-Rei, através do Jornal O Arauto de Minas, também pelo trabalho de ARANTES, Sirleia Maria. *Como Se De Ventre Livre Nascera: As Cartas De Alforria Em São João Del-Rei (1870-1888)*. São João Del-Rei: Monografia da Pós-Graduação(lato sensu) em História de Minas no séc.XIX. Funrei, 2000 .

<sup>3</sup> CASTRO, Hebe Maria da Costa Mattos Gomes de. *Das Cores do Silêncio: Os significados da liberdade no sudeste escravista-Brasil séc XIX*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1995, pg 235.

<sup>4</sup> CONRAD, Robert. *Os últimos anos da escravatura no Brasil, 1850-1888*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2º ed, 1978.

<sup>5</sup> MARTINS, Roberto Borges. *Minas e o tráfico de escravos no século XIX*. Belo Horizonte CEDEPELAR/UFMG, 1982

importadora de escravos e não exportadora, fato que explicaria Minas possuir a maior concentração de cativos do Brasil.

Para Alcir Lenharo, com a crise da mineração a província mineira passou a se organizar economicamente a partir da agricultura, o que lhe permitiu um acúmulo mercantil revertido na aquisição de cativos, fato que justifica o tão elevado número de escravos na província. No primeiro censo realizado em 1872, São João del-Rei possuía quase oito mil cativos.<sup>6</sup>

E além do mais, devido sua posição geográfica e pelas estradas que cortavam a região, no século XIX, a Vila se destacava como importante centro comercial em constante interligação com a corte por onde escoava os produtos agro-pastoris produzidos nessa região.<sup>7</sup> “As atividades econômicas desenvolvidas em São João del Rei foram a mineração, a agricultura, a pecuária e o comércio, vindo, inclusive, a ser conhecida como o “*celeiro das Gerais*”.”<sup>8</sup>

Com tão significativo número de escravos, aliado à quantidade de fugas noticiadas pelo “Arauto de Minas” na última década de escravidão no país, torna-se interessante uma pesquisa sobre as fugas de escravos para essa região.

Em contra partida um número tão alto de escravos em São João del-Rei explica o apego à escravidão por esta sociedade. Segundo Sirleia Arantes, “*o pequeno número de alforrias registradas nos últimos meses que antecederam a abolição e a postura conservadora dos jornais locais acerca do processo abolicionista que se processava no Brasil reflete esse apego são-joanense à escravidão*”.<sup>9</sup>

Bem, uma vez definidos nosso recorte espacial, temporal e as fontes a serem analisadas, falta-nos uma última colocação, é que entre os anúncios de fugas noticiados pelo jornal “O Arauto de Minas” não encontramos apenas fugas de escravos da Vila de São João del-Rei, muitas vezes fomos surpreendidos por anúncios de escravos vindos de regiões longínquas como, por exemplo, Ouro- Preto e Rio de Janeiro. Decidimos considerar também estes anúncios em nossa pesquisa, porque isso nos sugeriu quão grande era o esforço

---

<sup>6</sup> LENHARO, Alcir. *As tropas da moderação: O abastecimento da corte na formação política do Brasil, 1808-1842*. São Paulo: Símbolo, 1979.

<sup>7</sup> FRAGOSO, João Luis Ribeiro. *A economia de subsistência: um mosaico de formas não-capitalistas de produção* IN: *Homens de grossa aventura: acumulação e hierarquia na praça de Rio de Janeiro (1790-1830)*. Rio de Janeiro. Arquivo Nacional, 1992.

<sup>8</sup> BRUGGER, Sílvia Maria Jardim. *Patriarcalismo e relações familiares em Minas Gerais*. (Mimeo).

<sup>9</sup> ARANTES, Sirleia Maria. *Como Se De Ventre Livre Nascera: As Cartas De Alforria Em São João Del-Rei (1870-1888)*. São João Del-Rei: Monografia da Pós-Graduação (lato sensu) em História de Minas no séc. XIX. Funrei, 2000.

dispendido pelos senhores na busca pelo escravo fujão. Além de que, na maioria dessas fugas noticiadas pelo jornal “O Arauto de Minas”, os senhores informavam sobre a desconfiança ou possibilidade do cativo ter vindo para São João del-Rei, ou seja, se essas fugas não partiram daqui possivelmente tinham a região como destino.

Um exame mais detalhado dos anúncios de fugas do jornal “O Arauto de Minas” nos conduziu entretanto a um distrito de São João del-Rei, Nossa Senhora de Conceição da Barra, já que foi esse distrito que reuniu maior número de fugas no período analisado. Mais instigante do que isso, no entanto, foi perceber que dos proprietários dos escravos de Conceição da Barra que estavam nas páginas do “Arauto de Minas”, quatro eram da mesma família, pai e filhos, respectivamente, Gabriel Ferreira da Silva, Francisco Gabriel Ferreira da Silva, José Gabriel Ferreira da Silva e Gabriel Ferreira da Silva Júnior.

Assim, em um momento de nosso trabalho focaremos o olhar para Conceição da Barra que, na época, era distrito de São João del-Rei.

Conceição da Barra, assim como várias outras cidades mineiras tiveram sua origem ligada à busca por pedras preciosas, segundo nos informa Antonio Gaio Sobrinho. É que segundo ele, Fernão Dias saiu de São Paulo em 1674 em busca de esmeraldas, entretanto, como o tempo não ajudava, foi forçado a passar a estação chuvosa em Serra Negra - Ibituruna- e somente em março do ano seguinte, quando terminou a chuva, pôde prosseguir a busca pelas esmeraldas. Seguindo inicialmente direção paralela ao curso do Rio das Mortes, atravessou regiões que seriam depois Conceição da Barra e São Gonçalo do Brumado.

A rota inaugurada por Fernão Dias ficou conhecida como Caminho Geral do Sertão ou ainda como caminho Velho em oposição ao caminho novo, aberto em seguida a partir do Rio de Janeiro por seu filho Garcia Rodrigues Paes. Assim, foi a bandeira das esmeraldas de 1674 o fator inicial do assentamento de povoações em Minas Gerais. E quanto ao povoamento de Boa Vista, a atual Conceição da Barra de Minas, diz Antonio Gaio Sobrinho que é possível acreditar que tem suas origens ligadas aos transeuntes do caminho velho.<sup>10</sup>

Afirmção parecida também fez Saint Hillaire que passou por Conceição da Barra em 1819, diz ele:

“O arraial de Conceição faz parte da paróquia de São-João del-Rei e é uma das sucursais. Deve sua fundação ao ouro que antigamente havia na vizinhança principalmente nas margens do Rio das Mortes. As minas se esgotaram e os moradores de algum recurso foram estabelecer-se em outras partes, os que ainda se

---

<sup>10</sup> SOBRINHO, Antonio Gaio. *Memórias de Conceição da Barra de Minas*. São João del-Rei, 1990. Imprensa Universitária.

vêm em Conceição são quase todos homens de cor que a passagem de algumas caravanas impede apenas de sucumbirem”.<sup>11</sup>

De acordo com Antonio Gaio Sobrinho, na década de 1720 o povoado de Boa Vista já alcançara significativa importância e desenvolvimento por estar na rota de quem subia de São Paulo. Prova disso foi que, em 1724, seus moradores, que nessa época viviam na região de forma mais ou menos esparsa, sentiram necessidade de terem lugar para cumprirem o seu dever cristão, batismos, enterros, missas. Por isso, solicitou ao Frei Antonio de Guadalupe do Bispado do Rio de Janeiro licença para construir uma capela.

Em 19 de dezembro de 1725 foi autorizada a construção da capela e, no final de 1726, ela já estava funcionando.

“Em 1765, uma provisão episcopal considerou o povoado como capela filial da Matriz de Nossa Senhora do Pilar de São João Del-Rei, sinal de que nesse ano muitas casinhas já se adensavam em derredor da pequena capela. Em 1825, foi erigida a freguesia de Nossa Senhora da Conceição da Barra e no final do século XVIII, a capela já se encontrava em precário estado de conservação e insuficiência em tamanho para acolher todos os devotos do lugarejo.”<sup>12</sup>

Por isso, se edificou e inaugurou, nos primeiros anos do século XIX, a igreja matriz que tanto impressionou o viajante Saint Hillaire em 1819, principalmente porque se contrastava com a falta de recursos do lugar. Segundo observações do viajante:

“A povoação de Conceição está edificada sobre o dorso de um morro pouco elevado. As casas que a compõem, em número aproximado de cem são muito pequenas, baixas, quase quadradas, cobertas umas de telhas, outras de sapé, na maior parte afastadas umas das outras. Jamais devem ter oferecido muita comodidade e hoje caem em ruínas, não apresentam mais do que o aspecto da miséria e do abandono. No meio dessas moradas tão pobres fica-se admirado de ver uma igreja bastante grande para o lugar e muito bem conservada.”<sup>13</sup>

A bela igreja levou ao bispo da diocese de Mariana a cuidar de sua elevação à categoria de matriz. Como naqueles tempos a Igreja era subordinada ao Estado pelo regime de

---

<sup>11</sup> HILLAIRES, Saint. *Viagens às nascentes do Rio São Francisco e pela província de Goiás*. Vol 68. Companhia editora nacional, 1944. p. 128

<sup>12</sup> SOBRINHO, Antonio Gaio. *Memórias de Conceição da Barra de Minas*. São João Del-Rei,: Imprensa Universitária, 1990.p.31

<sup>13</sup> HILLAIRES, Auguste de Saint. *Viagens às nascentes do Rio São Francisco e pela P`rovíncia de Goiás*. Cia editora nacional, 1944. vol 68 Rio de Janeiro. P.

padroado, a criação da nova matriz e freguesia deram-se por força de alvará imperial de 29 de agosto de 1825.

Embora Conceição da Barra de Minas tivesse sua origem ligada à exploração aurífera regional, a atividade agrícola com o passar do tempo foi se tornando cada vez mais freqüente. Também o açúcar assumira posição de destaque no quadro da produção de vários dos atuais municípios, dentre eles Conceição da Barra com o total de dez fazendas dedicadas ao cultivo de cana de açúcar, superando os demais municípios. O comércio também fora outrora ativo, já que Conceição era rota de viajantes.<sup>14</sup>

Sobre a população, os dados que temos sobre Conceição da Barra são do início do século XIX, de José Raimundo da Cunha Matos. Segundo o autor, “*Barra tem 221 fogos e 1174 almas.*”<sup>15</sup>

Diante de tudo isso, no primeiro capítulo, procuraremos demonstrar o debate historiográfico que há sobre a participação do escravo no processo de desintegração da escravidão. Procurando explicitar de que forma e em que medida as fugas estiveram presentes neste momento. Nosso objetivo neste capítulo é mostrar através do debate historiográfico que o escravo não foi um ser à parte no processo de abolição, ao contrário, conseguiu interferir e muitas vezes se beneficiar das leis que iam surgindo, das crises e divergências do sistema, minando o poder senhorial e a própria instituição escravista.

No segundo capítulo, trataremos das fugas noticiadas pelo jornal são-joanense “O Arauto de Minas”, buscando compreender os motivos dos negros para essas fugas. Acreditamos que através dos anúncios será possível obtermos mais do que dados quantitativos, mais do que características físicas. Pelos anúncios, teremos a possibilidade de observar o discurso dos senhores da região e sua visão sobre o escravo nos últimos anos de escravatura:

“já que ao anunciar a fuga de um escravo, o senhor expunha também a si próprio e sua visão sobre o cativo. Ao lado dos dados objetivos (idade, cor, altura, cabelo) que apareciam nos jornais visando facilitar a captura, muitas descrições parecem evidenciar a forma como o senhor branco representava o escravo que se evadira”<sup>16</sup>.

---

<sup>14</sup> SOBRINHO, Antonio Gaio. *Memórias de Conceição da Barra de Minas*. São João Del-Rei,: Imprensa Universitária, 1990.

<sup>15</sup> MATOS, Raimundo José da Cunha. *Corografia histórica da provincia de Minas Gerais (1837)*. Vol 1. Belo Horizonte: Editora Itatiaia, 1981.

<sup>16</sup>SCHWARCZ, Lilia Moritz. *Retrato Em Branco E Negro: Jornais, escravos e cidadãos em São Paulo no final do século XIX*. São Paulo: Cia das Letras, 1987, p. 148.

Em nosso terceiro capítulo procuraremos analisar as fugas de escravos que ocorreram em Conceição da Barra de Minas, utilizando o inventário de Gabriel Ferreira da Silva um dos senhores do distrito da Barra. Procuraremos traçar o perfil de sua escravaria e, a partir de então, talvez conseguir identificar os motivos das fugas de seus escravos. Além de que, acreditamos que o cruzamento dos dados fornecidos pelos anúncios de fugas e os dados do inventário de Gabriel nos permitirá levantar possíveis motivos para as fugas dessa região.

Assim, com a intenção de desvendar a participação do cativo no processo de desintegração da escravidão, segue nossa monografia.

## **Capítulo I**

### **Resistência escrava e abolição**

#### **1.1 - O conceito de Resistência**

“O que ressalta dos documentos é o retrato de um povo muito rebelde que perturbava a paz de espírito e ameaçava a prosperidade material de seus senhores.<sup>17</sup>”

Em contraposição ao caráter benevolente do sistema escravista e à submissão absoluta do escravo a seu senhor que muitos historiadores consideraram por muito tempo como típicas da escravidão brasileira, está a afirmação de rebeldia negra. Ela teria sido um processo contínuo, permanente e não esporádico<sup>18</sup>, conforme alguns autores parecem acreditar,<sup>19</sup> ou seja, onde houve escravidão, houve resistência<sup>20</sup>.

E já há algum tempo, historiadores<sup>21</sup> têm se preocupado em rever o conceito de resistência. Segundo Maria Helena Machado a própria historiografia construiu este conceito baseado em formas extremas de negação ao sistema, insurreições, assassinatos, formação de quilombo, etc. Mas, o que agora ela tem procurado demonstrar é que o conceito de resistência é bem mais complexo do que isso. O resistir esteve presente no interior do próprio sistema escravista<sup>22</sup>.

Segundo Genovese, as pequenas faltas, a figura do escravo preguiçoso ou fujão, os desvios da produção agrícola do senhor, o trabalho mal feito, tudo isso pode ser considerado formas de resistência<sup>23</sup>.

Resistir, também pode significar barganhar, negociar, assim como definiram João José Reis e Eduardo Silva. Citando Genovese, eles definem bem o que entendem por resistência escrava: “*A acomodação em si mesma, transpirava espírito crítico, disfarçava ações subversivas e freqüentemente confundia-se com seu aparente oposto, a resistência*”<sup>24</sup>. É que, para esses historiadores assim como para Maria Helena Machado, o resistir não tinha de ser

<sup>17</sup> KARASCH, Mary C. *A Vida dos Escravos no Rio de Janeiro (1808-1850)*. São Paulo: Cia das Letras, 2000.,p. 398

<sup>18</sup> CONRAD, Robert. *Os últimos anos da escravatura no Brasil, 1850-1888*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira: 2º edição 1978.p.

<sup>19</sup> GORENDER, Jacob. *A escravidão Reabilitada*. 2º ed., São Paulo: Ática, 1991. e CARDOSO, Fernando Henrique. *Capitalismo e Escravidão no Brasil Meridional: o negro na sociedade escravocrata do Rio Grande do Sul*. 2º ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

<sup>20</sup> REIS, João José e GOMES, Flávio dos Santos. *Liberdade por um fio. História dos Quilombos no Brasil*. Cia das Letras. São Paulo, 1996 p. 9.

<sup>21</sup> Reis, Genovese, Maria Helena Machado, dentre outros

<sup>22</sup> MACHADO, Maria Helena P.T. *Crime e Escravidão: Trabalho luta e resistência nas lavouras paulistas 1830-1888*. São Paulo. Editora Brasiliense, 1987, p.9.

<sup>23</sup> GENOVESE, Eugene D., Rolll, Jordan Roll. *The world the slaves Made*, Nova Iorque, 1974, sobretudo o item “On Resistance”, pp.597-598, apud MACHADO, Maria Helena P. T. *Crime e escravidão: trabalho, luta e resistência nas lavouras paulistas 1830-1888*. São Paulo. Editora Brasiliense, 1987, pp.18-19.

<sup>24</sup> GENOVESE, Eugene D., Rolll, Jordan Roll. *The world the slaves Made*, Nova Iorque, 1974, sobretudo o item “On Resistance”, pp.597-598, apud REIS, João José, SILVA, Eduardo. *Negociação e conflito: A resistência negra no Brasil escravista*. São Paulo. Cia das Letras, 1989, p.78.



necessariamente manifesto por atos violentos. “*Em geral as atitudes extremas como fugas, crimes, suicídios só entravam em cena quando a negociação falhava ou não acontecia por intransigência senhorial ou impaciência escrava.*”<sup>25</sup>”

Para João José Reis e Flávio Gomes, embora muitos fossem os atos escravos que pressupunham resistência ao sistema escravista, a fuga era a forma mais comum de resistência à escravidão.<sup>26</sup>

Talvez, por que o escravo só precisasse contar consigo mesmo, ao contrário das revoltas, difíceis de organizar e facilmente descobertas, ou ao contrário do suicídio, que representava não só a extinção do sofrimento como também o fim da vida. A fuga, trazia em si várias possibilidades: de uma vida livre, do encontro com parentes, ou de se livrar de um senhor cruel .

De acordo com Mary Karasch a preferência dos escravos pelas fugas em detrimento das revoltas se dava principalmente por parte dos africanos, já que a fuga era a forma mais usual de resistência escrava na África<sup>27</sup>.

Já Silvia Lara e Kátia Matoso falam da fuga como talvez a mais radical forma de resistência. Segundo Matoso, “*a fuga é na verdade expressão violenta da revolta interior do escravo inadaptado*”. Para a historiadora, o escravo em fuga não escapa apenas de seu senhor ou da labuta, mas de problemas cotidianos, de um meio de vida e da falta de enraizamento no grupo dos escravos e no conjunto da sociedade<sup>28</sup>. Assim, a ausência de laços familiares ou solidários entre os cativos bem como separação dos escravos de suas famílias levavam muitos a fugirem.

Neste sentido, Robert Slenes tem muito a contribuir com nosso trabalho. Em seu estudo sobre a existência de comunidades e famílias escravas, o historiador mostra a importância dos laços familiares e de parentesco para os escravos. Segundo nossa compreensão, embora não trate sobre a resistência negra, Slenes nos mostra que ao invés de sucumbirem à escravidão ou se entregarem às dificuldades (de se unirem e manterem famílias unidas), os escravos souberam construir pela experiência do cativo e recordações de seu

---

<sup>25</sup> REIS, João José, SILVA, Eduardo. *Negociação e conflito: A resistência negra no Brasil escravista*. São Paulo. Cia das Letras, 1989, p.19.

<sup>26</sup> REIS, João José e GOMES, Flávio dos Santos. *Liberdade por um fio. História dos Quilombos no Brasil*. Cia das Letras. São Paulo, 1996, p. 9.

<sup>27</sup> KARASCH, Mary C. *A Vida dos Escravos no Rio de Janeiro (1808-1850)*. São Paulo: Cia das Letras, 2000.

<sup>28</sup> LARA, Silvia Hunold. *Campos da Violência: Escravos e Senhores na Capitania do Rio de Janeiro 1750-1808*. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 1998. P.237. MATOSO, Kátia de Queirós. *Ser Escravo no Brasil*. São Paulo. Editora Brasiliense, 2001, p. 153.

passado, identidades e solidariedades. Ajudando-se mutuamente, imprimiram significados e valores próprios a cada situação, ou seja, souberam resistir à escravidão.<sup>29</sup>

Uma vez que as fugas serão nosso objeto central, cabe obviamente uma questão, quais eram os motivos que levavam os escravos a fugirem?

A esse respeito Leila Mezan Algranti, em estudo sobre a escravidão urbana no Rio de Janeiro, no início do século XIX, diz que as fugas eram manifestações comuns contra a violência do senhor e o trabalho compulsório<sup>30</sup>. Também Maria Helena Machado faz colocação semelhante à de Leila Algranti só que desta vez analisando as lavouras paulistas no final do século XIX. Acrescenta, entretanto, que a exploração sobre o trabalho escravo aumentou pelo fato de que, com a extinção do tráfico atlântico houve uma redução de braços trabalhadores o que estimulou a superexploração por parte dos senhores do trabalho escravo<sup>31</sup>.

Para Reis os motivos eram variados, mas segundo o historiador do início da escravidão até 1870 a quebra de compromissos e acordos anteriormente acertados parece ter sido o principal motivo para as fugas, é que a partir de 1870 houve uma mudança no paradigma ideológico colonial<sup>32</sup>, mudança que foi acompanhada por um crescimento urbano (com as cidades se tornando cada vez mais independentes das fazendas) e também pela ampliação de um mercado livre de trabalho, o que não deixou de ser percebido pelos escravos, que viram nas fugas uma oportunidade de ir tentar a vida nas cidades já infestadas de idéias abolicionistas. Interpretação semelhante faz Kátia Matoso para quem as idéias abolicionistas teriam feito com que a população livre passasse a ajudar os escravos em suas fugas<sup>33</sup>.

O que percebemos nos discursos dos historiadores é que os motivos para as fugas que ocorreram na primeira metade do século XIX não são os mesmos dos motivos do pós 50. Obviamente as expectativas dos escravos para essas fugas também mudaram, assim como a possibilidade de êxito do escravo aumentou, uma vez que, uma parcela da sociedade já questionava a escravidão.

Diferentes são as versões sobre os motivos que levavam um escravo a pôr o pé na estrada, mesmo que essa estrada fosse curta, uma coisa, no entanto é inegável, as fugas

---

<sup>29</sup> SLENES, Robert. *Na senzala uma Flor*. Rio de Janeiro. Nova Fronteira, 1999.

<sup>30</sup> ALGRANTI, Leila Mezan. *O Feitor Ausente. Estudos sobre a escravidão urbana no Rio de Janeiro, 1808-1822*. Petrópolis. Editora Vozes, 1988.

<sup>31</sup> MACHADO, Maria Helena P.T. *Crime e Escravidão: Trabalho luta e resistência nas lavouras paulistas 1830-1888*. São Paulo. Editora Brasiliense, 1987, p.97.

<sup>32</sup> O que Reis e Silva definem como paradigma ideológico colonial, é a própria sociedade escravista, a forma de ser e estar, sua percepção da realidade e seus valores. Neste sentido o paradigma ideológico colonial que teria segundo os historiadores, vigorado até 1870 era um obstáculo às fugas, já que a sociedade como um todo sob este paradigma ideológico reconhecia e aceitava a escravidão. Cf. *Negociação e Conflito: A resistência negra no Brasil escravista*. São Paulo. Cia das Letras, 1989, p.66.

<sup>33</sup> MATOSO, Kátia de Queirós. *Ser Escravo no Brasil*. São Paulo. Editora Brasiliense, 2001, p. 154.

implicavam em um grande desgaste tanto para senhores quanto para os escravos<sup>34</sup>. Para os senhores, porque além de terem sido desafiados ficariam privados do trabalho desse escravo por dias, meses, anos, além dos gastos com anúncios, recompensas e alojamento em prisões; para os escravos implicava em um risco grande de serem descobertos e capturados, além do risco de castigos que receberia a caso não fosse bem sucedido. Risco constante já que a escravidão não terminava nas fronteiras de uma fazenda, era aceita e praticada por toda a sociedade<sup>35</sup>.

Torna-se importante uma última colocação sobre as fugas escravas, é que segundo Silvia Lara as fugas se bem sucedidas não são possíveis de serem estudadas, já que o fugitivo que obteve êxito e não foi encontrado, sumiu de nossas vistas, além de que não há registros da visão dos escravos sobre os motivos de suas fugas<sup>36</sup>. A historiadora está obviamente correta em suas colocações, no entanto, estes fatos não nos impedem de irmos buscar os motivos ou mesmo a compreensão do ato de fugir escravo, importante lembrarmos que os anúncios embora revelem a visão do senhor sobre o escravo, nos fornecem muitas pistas sobre o comportamento, preferência por vestuário, tipo físico, dentre tantas outras coisas, e o mais importante, esses anúncios foram escritos visando unicamente a encontrarem o fujão e nesse sentido, escritos apenas com essa intenção às informações que nos fornecem presumi-se serem as mais verdadeiras possíveis<sup>37</sup>. É por essa razão que os jornais serão nossa principal fonte para trabalhar as fugas escravas.

## 1.2 - A participação escrava no processo de abolição

“Ninguém afinal sabe quem fez mais pela abolição, se a propaganda, se a resistência, se os que queriam tudo, se os que queriam nada.”<sup>38</sup>

Existe um debate historiográfico sobre a participação do cativo no processo de abolição. Octavio Ianni é dos historiadores que procura provar que a abolição da escravidão

---

<sup>34</sup> Acreditamos que ainda que o ambiente infestado de idéias abolicionistas no final da escravidão favorecesse de certa forma as fugas dos escravos, a escassez de braços para o trabalho e o medo de desintegração da escravidão fez com que muitos senhores continuassem perseguindo seus escravos mesmo nos últimos momentos de escravidão.

<sup>35</sup> REIS, João José, SILVA, Eduardo. *Negociação e conflito: A resistência negra no Brasil escravista*. São Paulo. Cia das Letras, 1989, p.66.

<sup>36</sup> LARA, Silvia Hunold. *Campos da Violência: Escravos e Senhores na Capitania do Rio de Janeiro 1750-1808*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

<sup>37</sup> FREYRE, Gilberto. *O Escravo nos Anúncios de Jornais Brasileiros do século XLX*. 2º ed. São Paulo. Nacional, 1979

<sup>38</sup> O abolicionismo. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.p. 23

foi antes de tudo um negócio de branco<sup>39</sup> porque considera que os escravos não possuíam capacidade de se organizarem e nem de compreenderem a própria situação. O negro teria sido um ser inerte neste processo. Para outros como José Honório Rodrigues, “*a abolição da escravatura brasileira não foi uma dádiva dos senhores mas sim uma conquista de escravos ajudados por aqueles cuja consciência iluminada os fez servir desinteressadamente à história*”<sup>40</sup>. Outros entretanto procuram mostrar que o escravo teve participação ativa no processo pela abolição, através de fugas, assassinatos, suicídios e insurreições.

Com o fim do tráfico Atlântico de escravos, houve a elevação do preço dos cativos no mercado, e a escassez de braços para o trabalho logo se fez sentir<sup>41</sup>. A extinção do tráfico originou uma incipiente política senhorial voltada para a preservação da mão-de-obra, trazendo a tona o desafio da manutenção da ordem escravista<sup>42</sup> e a necessidade dos senhores buscarem estratégias para suprirem a mão de obra nas fazendas

Citando Perdigão Malheiro, Chalhoub fala da melhora da qualidade de vida dos escravos pela necessidade de garantir a continuidade da força de trabalho<sup>43</sup>. Pensamento parecido tem Robert Conrad, para quem, os senhores foram obrigados a olharem para as condições de vida dos escravos após o fim do tráfico. É que enquanto durou o tráfico atlântico foi mais fácil e menos dispendioso para o senhor comprar o escravo segundo sua necessidade, ou seja, escolhia o tipo físico, idade, sexo e a África lhe forneceria, sem ter que se preocupar com mortalidade e qualidade de vida dos cativos<sup>44</sup>.

Mas é Laerne que define bem a situação do escravo. Observando os escravos no início da década de 1880 diz o seguinte: “*Os escravos eram melhores tratados, melhor alimentados e mais bem cuidados, mas eles têm que trabalhar mais.*”<sup>45</sup>

---

<sup>39</sup> IANNI, Octávio. *Escravidão e Racismo*. São Paulo, Hucitec, 1978 p.34 in SCHWARCZ, Lilia Moritz. *Retrato Em Branco E Negro: Jornais, escravos e cidadãos em São Paulo no final do século XIX*. São Paulo: Cia das Letras, 1987, p. 21.

<sup>40</sup> RODRIGUES, José Honório. *A rebeldia Negra e a abolição, em História e historiografia*. Petrópolis, 1970, p.67 in CONRAD, Robert. *Os últimos anos da escravatura no Brasil, 1850-1888*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2º ed, 1978, p. 18.

<sup>41</sup> MACHADO, Maria Helena Pereira Toledo. *Crime e Escravidão: Trabalho luta e resistência nas lavouras paulistas 1830-1888*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987.p.

<sup>42</sup> GERBARA, Ademir. *O mercado de trabalho livre no Brasil, 1871-1888*. São Paulo: Brasiliense, 1986, p.210.

<sup>43</sup> MALHEIRO, Perdigão. *A escravidão no Brasil: ensaio histórico, jurídico, social*. Petrópolis, Vozes/INL, 1976. 2v apud CHALHOUB, Sidney. *Visões da Liberdade: Uma história das últimas décadas de escravidão na corte*. São Paulo: Cia das Letras, 1990.

<sup>44</sup> CONRAD, Robert. *Os últimos anos da escravatura no Brasil, 1850-1888*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2º ed, 1978, p.36.

<sup>45</sup> LAERNE, Van Delden, c.f. *Brazil and Java. Reprt on coffe-culture in América, Ásia and África*. Londres Haia: Martinus Nijhoff, 1885, p.91. MACHADO, Maria Helena Pereira Toledo. *O Plano e o Pânico: Os movimentos sociais na década da abolição*. Rio de Janeiro: editora UFRJ, EDUSP, 1994. p.22 .

Ou seja, se por um lado o senhor passa a se preocupar com políticas de preservação da mão de obra escrava, por outro lado a carência de braços para a lavoura, a alta vertiginosa dos preços dos escravos aliada à necessidade da mão de obra principalmente nas áreas ligadas à cafeicultura, colocavam aos senhores a necessidade de aumentar a produtividade da mão-de-obra escrava para fazer frente aos pesados gastos dispendidos na sua compra e manutenção. Diante disso, muitas vezes os proprietários de escravos continuavam a recorrer aos castigos com frequência para retirar de suas escravaria um ritmo de trabalho muitas vezes impiedoso.

Mas o escravo não ficou a parte dos acontecimentos, e conforme Maria Helena Machado, *“frente aos abalos sofridos pelo sistema escravista, a partir da segunda metade do século XIX surge a necessidade de introduzir o conceito de evolução. Evolução de uma consciência escrava que beneficiou da crescente fragilidade do sistema escravista”*<sup>46</sup>.

De acordo com Reis, o crescimento urbano e o florescimento de idéias abolicionistas, as leis emancipacionistas como a lei do ventre livre e dos sexagenários, fizeram-se acompanhar por uma mudança de atitudes dos escravos, que compreendendo a crise pela qual atravessava a sociedade aproveitava o ambiente favorável para fugir ou negociar<sup>47</sup>. Se os senhores apertavam o cerco, exigindo mais dos escravos, os cativos respondiam com resistência e exigências crescentes com relação aos direitos de tempo e espaço autônomos no interior das fazendas, procuravam inviabilizar as expectativas senhoriais com relação ao aumento da produtividade colocando os limites à exploração de seu trabalho<sup>48</sup> e principalmente como resposta a quebra de determinados padrões de trabalho e vida.

E muitas vezes o senhor percebeu que o trabalho forçado em excesso causava revolta aos escravos e isso comprometia o funcionamento do sistema escravista, por isso, muitas vezes optaram pelo oferecimento de incentivos econômicos, complementação dos esforços suplementares dispendidos pela força do trabalho, utilizando estratégias para retirar de seu plantel um ritmo de trabalho mais intenso<sup>49</sup>. Em contrapartida o escravo desenvolveu no século XIX uma apurada consciência relativa ao valor de sua produção representando as recompensas como direitos.

---

<sup>46</sup> MACHADO, Maria Helena Pereira Toledo. *Crime e Escravidão: Trabalho luta e resistência nas lavouras paulistas 1830-1888*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987, p.96

<sup>47</sup> Favorável porque a sociedade estava impregnada de idéias abolicionistas, e nesse sentido como disse Reis e Silva, muitos militantes abolicionistas se empenhavam em mal aconselhar os escravos e os acobertarem. *Negociação e Conflito*, p.73.

<sup>48</sup> MACHADO, Maria Helena Pereira Toledo. *Crime e Escravidão: Trabalho luta e resistência nas lavouras paulistas 1830-1888*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987, p.125.

<sup>49</sup> A este respeito ver REIS, João José e SILVA, Eduardo. *Negociação e Conflito: A resistência negra no Brasil escravista*. São Paulo: Cia das Letras, 1989, p.24 as dicas do Barão de Pati dos Alferes, e MACHADO, Maria Helena Pereira Toledo. *Crime e Escravidão: Trabalho luta e resistência nas lavouras paulistas 1830-1888*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987,125

Segundo Maria Helena Machado, citando Toplin, procurando esclarecer os nexos entre abolição e resistência escrava diz “*os fazendeiros tinham perdido o controle da situação e não poderiam efetivamente resistir mais. Temiam que quanto mais demorasse a abolição mais disseminaria a anarquia.*”<sup>50</sup> Por outro lado temiam também o fim súbito da escravidão e a perda de seus investimentos.

Mas é verdade que embora não estivessem mais preparados para a abolição, também não tinha mais condições de ficar inertes aos acontecimentos. É por isso que se desenvolve o movimento emancipacionista no Brasil na década de 1860 culminando com a aprovação da lei do ventre livre em 1871<sup>51</sup>. Aprovação que para Conrad representou uma estratégia para satisfazer os ânimos dos setores abolicionistas sem contrariar a elite brasileira, “*o que era preciso era uma mudança no sistema de escravidão suficientemente importante para satisfazer os críticos estrangeiros e nacionais sem excessiva ofensa imediata ou prejuízo para os poderosos da nação*”.

De acordo com Hebe Mattos pela primeira vez o poder público interferia diretamente na relação senhor-escravo, entretanto o fazia de maneira fortemente vinculada ao direito de propriedade, garantindo o trabalho do liberto até os vinte e um anos de idade ou uma indenização paga pelo Estado quando o ingênuo completasse oito anos.<sup>52</sup>

Desde 1850 e especialmente após a promulgação da lei do ventre livre, políticas públicas e estratégias privadas tentavam encaminhar de maneira segura a chamada transformação do trabalho. Neste sentido muitas leis se fizeram acompanhar a lei do ventre livre, reconhecendo direitos costumeiros<sup>53</sup> como direitos legais, a proibição legal da separação de famílias escravas (1869), o reconhecimento do direito de pecúlio para obtenção da liberdade (1871) e a própria proibição do açoite (1886), que significaram golpes significativos nos fundamentos sob os quais se assentava a dominação senhorial<sup>54</sup>. Diante de tantas transformações, senhores e fazendeiros se alarmavam, em São João del-Rei o jornal “O

---

<sup>50</sup> TOPLIN, Robert Brent, “Upheaval, Violence and the Abolition of Slavery in Brazil: The Case of São Paulo”, *Hispanic American Historical Review*, vol XLIX, nov. 1969. apud MACHADO, Maria Helena Pereira Toledo. *Crime e Escravidão: Trabalho luta e resistência nas lavouras paulistas 1830-1888*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987,p.15.

<sup>51</sup> CONRAD, Robert. *Os últimos anos da escravatura no Brasil, 1850-1888*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2º ed, 1978.

<sup>52</sup> CASTRO, Hebe Maria da Costa Mattos Gomes de. *Das Cores do Silêncio: Os significados da liberdade no sudeste escravista-Brasil séc XIX*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1995.p.237.

<sup>53</sup> Sobre direitos costumeiros ver GRINBERG, Keila. *Liberata: a lei da ambigüidade: as ações de liberdade da corte de apelação do Rio de Janeiro*: Relume-Dumará, 1994.

<sup>54</sup> Sobre estas leis consultar, CASTRO, Hebe Maria da Costa Mattos Gomes de. *Das Cores do Silêncio: Os significados da liberdade no sudeste escravista-Brasil séc XIX*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1995 p. 237 e CONRAD, Robert. *Os últimos anos da escravatura no Brasil, 1850-1888*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2º ed, 1978.p. 95

Arauto de Minas” noticiava a necessidade dos senhores resistirem as idéias emancipacionistas e se unirem ao partido conservador na dura empreitada para combater a anarquia:

“Ao período agitado pelas incertezas pelas inquietações e pelos temores motivados pela solução do problema, deve suceder o de garantia para todos, por meio da resistência inflexível e vigorosa as tendências anarchicas que se encobrirem através de quaisquer reformas... Para conjurar os males que nos ameaçam para enfrentar e vencer as mais híbridas colligações que inevitavelmente hão de surgir e realizar o bem público só um governo patriótico, forte pelo apoio da coroa e da nação.<sup>55</sup>”

Concomitantemente ao florescimento de idéias emancipacionistas da década de 1860, o tráfico interno de escravos está a todo vapor.

Para Slenes, o tráfico interprovincial que arrancou milhares de escravos do convívio de suas famílias e comunidades especialmente na década de 1870, elevou as tensões sociais no sudeste aos limites do intolerável e ajudou a cavar finalmente a sepultura da instituição da escravidão<sup>56</sup>.

Hebe Matos diz que : “*Mais do que um movimento inter ou intraprovincial, o tráfico interno significou um acentuado processo de concentração social da propriedade cativa*<sup>57</sup>”. Concentração que podemos imaginar, refletiu muitas vezes na separação de famílias escravas. Além de que a condição de mercadoria e a possibilidade de ser objeto de negócio ampliou-se muito principalmente entre os cativos de pequenos e médios senhores. Segundo Matos isso aconteceu porque até 1850, embora o escravo fosse mercadoria, do ponto de vista legalista, muitos senhores teriam adotado uma política nas decisões de vendas, partilhas e hipoteca de escravos, que buscavam garantir um mínimo de oposição por parte dos cativos<sup>58</sup>. Entretanto as possibilidades de venda desses cativos aumentaram após 1850 assim como as chances de separação de familiares.

Uma vez que as vendas se tornaram mais freqüentes, inclusive para locais distantes, bem como as chances de um escravos negociar o seu novo senhor diminuiu, resta-nos inferir que os motivos para a rebeldia escrava aumentaram. È neste contexto que muitos escravos desesperados para encontrarem entes queridos separados pela venda, partem para fuga, outros

<sup>55</sup> Biblioteca Municipal Baptista Caetano. O Arauto de Minas, ano 1885.

<sup>56</sup> CHALHOUB, Sidney. *Visões da Liberdade: Uma história das últimas décadas de escravidão na corte*. São Paulo: Cia das Letras, 1990. Robert Conrad fala inclusive da brutalidade do tráfico interprovincial, Emília Viotti da Costa ressalta que o tráfico de escravos do nordeste para as áreas cafeeiras gerou insatisfação por parte dos fazendeiros do nordeste que viam os escravos escoarem para a essa região.

<sup>57</sup> CASTRO, Hebe Maria da Costa Mattos Gomes de. *Das Cores do Silêncio: Os significados da liberdade no sudeste escravista-Brasil séc XIX*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1995.

<sup>58</sup>

que desesperados ao longo da viagem para serem negociados aproveitam pequenos descuidos dos senhores para desaparecerem no mundo.

Gabriel pode ter sido um desses escravos que seria negociado pelo tráfico interprovincial. Mulato de vários ofícios, devia valer um bom dinheiro, tanto que a recompensa que o senhor ofereceu pela sua captura é de 200\$000. Há ainda uma outra hipótese para a fuga de Gabriel, aproveitando a oportunidade da viagem e o fato de estar em um local que não era conhecido, as chances de uma fuga bem sucedida eram obviamente maiores, inclusive porque poderia se passar por um escravo forro.

“Em viagem para Itabapoana, fugiu da companhia do abaixo assignado na estação de Entre Rios o escravo de nome Gabriel, com os seguintes signaes: mulato claro (côr desbotada) estatura regular, debil de corpo, pés e mãos magros, rosto comprido, cabellos carapinhados, idade de 20 annos mais ou menos, sem barba, tem um signal n’uma das pernas abaixo do joelho, o osso um pouco crescido no signal, sabe ler e escrever mal, trabalha ou entende alguma cousa dos officios de marceneiro, alfaiate, pedreiro, sapateiro, pintor, conversado, faz discursos sobre o Visconde do Rio Branco, toma seu gole, não levou roupa, é natural do ceará e pertence a José Theodoro Ribeiro de Paiva, morador neste logar”<sup>59</sup>.

Toplin nos dá uma boa definição para os últimos anos de escravidão, “*a abolição inscreveu-se enquanto evento derradeiro, produto das tensões e enfrentamentos vivenciados em vários níveis, pela sociedade escravista.*”

E assim, enquanto a camada senhorial procurava reforçar seu controle sobre a produtividade da mão-de-obra, os escravos desenvolviam uma trajetória marcada por crescente oposição aos fundamentos do sistema escravista, amiudando seus confrontos com a camada senhorial, externando suas insatisfações, muitas vezes com prática de atos violentos como fugas e crimes .

A historiadora Lilia Schwarcz levanta uma questão curiosa, é que segundo ela a representação da dependência escrava era tão freqüente que alguns anúncios insistiam em que o cativo não fugia por vontade própria e sim por sedução. De acordo com Schwarcz quanto mais perto da abolição mais o senhor procura ressaltar a dependência do seu escravo para consigo.<sup>60</sup> Casos como estes foram registrados nas fugas de escravos do Jornal “O Arauto de Minas”. O senhor sugere que o escravo teria fugido influenciado por estudantes, vejamos:

<sup>59</sup>Biblioteca Municipal Baptista Caetano. *O Arauto de Minas*, ano 1883.

<sup>60</sup> SCHWARCZ, Lilia Moritz. *Retrato Em Branco E Negro: Jornais, escravos e cidadãos em São Paulo no final do século XIX*. São Paulo: Cia das Letras, 1987.p. 149.



“Em abril do corrente anno fugiu o escravo José, de 30 e tantos annos de idade, cor fula, alto, bons dentes, pés grandes, fala fina, cosinheiro bom e entende alguma cousa do officio de dentista, foi escravo do Dr Carlos Claudio Barroin, esteve por algum tempo depois de fugido na cidade de Ouro-Preto, donde se ausentou parra as partes de Barbacena e caminho do Rio de Janeiro, em companhia de uns estudantes, que retiravão as férias, desconfiando-se que esteja presentemente em S. João del-Rei.<sup>61</sup>”

A afirmação acima e o anúncio da fuga de José nos fazem pensar no apego que se teve a escravidão no Brasil (e de modo especial na região são-joanense) e o medo de mudança. Às vezes parece difícil para o senhor acreditar na fuga de um escravo, muitas vezes a descrição dos anúncios, fala de um cativo submisso, humilde e dedicado, escravo antigo, e nos fazem pensar o por que esse escravo teria fugido. É preciso no entanto, esclarecer que o senhor poderia estar idealizando o comportamento do fujão, ou talvez este escravo tivesse usado todos esses artifícios para conseguir a simpatia do senhor e quem sabe a promessa de sua liberdade, ou outra concessão qualquer, e como isso não teria nunca acontecido, uma vez frustrada suas expectativas era melhor tratar de conseguir a liberdade (ou quem sabe apenas assustar o senhor para forçá-lo a lhe atender) por outro caminho, fugindo.

Segundo Hebe Mattos o fato de observarmos tantos anúncios oferecendo recompensas pela captura do escravo, bem como anúncios de compra, venda e aluguel de cativos nos últimos anos de escravidão demonstra que o fim da escravidão teria sido traumático, já que a sociedade continuava a efetuar transações envolvendo escravos. Para Mattos isso fica ainda mais evidente se observarmos a forma em que as fugas eram apresentadas, ligando sutilmente a ação de fugir a traços específicos da personalidade do cativo procurado<sup>62</sup>, como se o senhor procurasse justificar a fuga do escravo.

Embora fosse duro aceitar que a instituição escravista desmoronava, era preciso modernizar-se, a escravidão já estava com seus dias contados, a reposição de escravos não seria possível via comércio já que o tráfico fora proibido, através da reprodução natural, não seria possível suprir a demanda por escravos, além de que, o número de mulheres era bem inferior. As mudanças se fizeram necessárias, mas mudar o menos possível e o mais lentamente foi o que desejou os senhores de escravos principalmente da região cafeeira.

---

<sup>61</sup>Biblioteca Municipal Baptista Caetano. *O Arauto de Minas* ano 1879.

<sup>62</sup> CASTRO, Hebe Maria da Costa Mattos Gomes de. *Das Cores do Silêncio: Os significados da liberdade no sudeste escravista-Brasil séc XIX*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1995.p. 235.

“Ainda que governantes e uma parcela da população simpatizasse com opiniões estrangeiras sobre a questão da escravatura eram obrigados pela estrutura política e econômica de sua sociedade e pelas exigências de seus mais importantes cidadãos a seguirem a política que assegurasse a continuidade da escravidão<sup>63</sup>”.

Mas as mudanças não pararam de acontecer.

Para Perdígão Malheiro a instituição da escravidão mantinha os negros numa situação de sujeição pessoal em relação aos senhores, sendo esta a única força moral que os prendia a sua triste condição. Pois o exercício desta força moral parecia cada vez mais invisível na cidade e isso foi desdobramento dos interesses senhoriais (adaptação do investimento em escravos às condições do mercado). È que cada vez mais os escravos passavam a exercer atividades longe dos domínios senhoriais, as chamadas atividades de ganho, e neste sentido, conforme observou Chalhoub os escravos tornavam-se cada vez mais independentes:

“se o cativo se define como uma relação de sujeição e dependência pessoal é razoável supor que uma pessoa que viva sobre si possa escolher seu modo de vida, não esteja sob o domínio de senhor algum, torna-se claro então que os escravos vivendo “sobre si” contribuíram para a desconstrução de significados sociais essenciais a continuidade de escravidão.<sup>64</sup>”

Os escravos souberam aproveitar as mudanças que ocorreram, principalmente no pós 1870 em seu favor. As tensões entre senhores e escravos estavam tão aguçadas que segundo Mattos, nos últimos meses de escravidão o interesse entre senhores e líderes abolicionistas era restituir a ordem no mundo rural e manter o liberto na propriedade através da liberdade.<sup>65</sup>

Assim, o que nos parece é que as últimas décadas de escravidão no Brasil foram marcadas por uma profunda contradição. Contradição dos senhores que temiam o fim da escravidão mas que por viverem assustados com a possibilidade de revoltas acabaram aderindo a idéias emancipacionistas e depois abolicionistas. Contradição das leis que libertava os escravos a partir do nascimento mas que procurava garantir o direito de propriedade, enfim, um período confuso, que gerou muitas possibilidades para o cativo partir em busca de seus objetivos. Foi neste contexto que as fugas se fizeram tão frequentes.

---

<sup>63</sup> CONRAD, Robert. *Os últimos anos da escravatura no Brasil, 1850-1888*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2º ed, 1978. p.28.

<sup>64</sup> CHALHOUB, Sidney. *Visões da Liberdade: Uma história das últimas décadas de escravidão na corte*. São Paulo: Cia das Letras, 1990.

<sup>65</sup> CASTRO, Hebe Maria da Costa Mattos Gomes de. *Das Cores do Silêncio: Os significados da liberdade no sudeste escravista-Brasil séc XIX*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1995.p. 235.

Contradição que está presente também nas páginas do Jornal “O Arauto de Minas”. O jornal que, em 1885 conclamou os senhores a resistirem às idéias anárquicas<sup>66</sup>, e que meses antes da abolição, publicou fugas de escravos em suas páginas; em 1888, após a abolição da escravatura publicou um texto com os seguintes dizeres: “ *Cahiu por terra a maldita árvore da escravidão.*”<sup>67</sup>”

## Capítulo II

### Características das e fugas e dos escravos em fuga

Gilberto Freyre utilizando anúncios de jornais de fugas de escravos publicados pelo Diário de Pernambuco, do Recife, e Jornal do Comércio, do Rio de Janeiro, traçou o perfil do escravo fujão no século XIX. Segundo ele, os escravos que mais apareciam como fugitivos nas páginas dos jornais eram: “*os de bonita figura, os de ar alegre, os de pouca idade (14 à 20 anos), os altos e magros, os secos de corpo, os escravos de campo*”<sup>68</sup>.

---

<sup>66</sup> Na página 26 desse capítulo transcrevemos o parecer do jornal sobre essas idéias consideradas por ele como anárquicas, o jornal está a se referir as leis emancipacionistas.

<sup>67</sup> Biblioteca Municipal Baptista Caetano. *O Arauto de Minas*, ano 1888.

De acordo com João José Reis e Eduardo Silva, as mulheres fugiam menos, a faixa etária dos escravos é mais ou menos a mesma registrada por Freyre, entretanto, levantam uma hipótese que diverge da conclusão a que chegou Gilberto Freyre. É que, segundo os historiadores, embora não se tenham dados conclusivos para as fugas de escravos no Brasil, sabe-se que os escravos aculturados, aqueles que nasceram no país e que freqüentemente exerciam profissões que os aproximavam mais dos senhores, é que tiveram mais chances de sucesso nas fugas e daí optarem com mais freqüência por fugir. Isso acontecia porque embora o potencial de revoltas fosse maior entre os africanos, o desconhecimento da língua, da terra e dos costumes, bem como as marcas tribais eram fortes barreiras à possibilidade de fugir.<sup>69</sup>

Embora Freyre não desconsidere a existência dessas dificuldades acredita que os escravos de campo, e os africanos foram os que mais recorreram as fugas, ao contrário dos crioulos e escravos domésticos que tenderiam a fugir menos, talvez por se sentirem mais próximos da cultura dominante, ou seja, os laços existentes entre os senhores e esses escravos, eram tão grandes que para Freyre em alguns anúncios “*sente-se que o negro desaparecido era para o seu senhor quase um filho que deixara a casa do pai.*”<sup>70</sup>

Mary Karasch em estudos sobre a escravidão no Rio de Janeiro, analisando o período de 1826-1831, afirma que a identidade dos fugitivos revela que 80% eram africanos, segundo a historiadora as revoltas e tentativas de fugas aconteciam quase que imediatamente a chegada dos africanos no Brasil, isto porque o recém chegado só deseja estar de volta à terra natal<sup>71</sup>. A faixa etária segundo Karasch estava entre 10 e 24 anos.

A divergência de opiniões entre os autores se deve ao fato de trabalharem com períodos e regiões diferentes, Freyre, trabalha com praticamente todo o século XIX com anúncios de várias regiões, Reis e Silva, embora se atenham mais as fugas que ocorreram no final do século, levantam dados para várias regiões em diferentes momentos, Karasch trabalha apenas com as fugas que ocorreram no Rio de Janeiro entre 1826-1831, período, em que milhares de escravos desembarcaram naquela cidade.

---

<sup>68</sup> FREYRE, Gilberto. *O Escravo nos Anúncios de Jornais Brasileiros do Século XIX*. Recife: Imprensa Universitária, 1963.

<sup>69</sup> REIS, João José e SILVA, Eduardo. *Negociação e Conflito: A resistência negra no Brasil escravista*. São Paulo: Cia das Letras, 1989.p. 76-77.

<sup>70</sup> FREYRE, Gilberto. *O Escravo nos Anúncios de Jornais Brasileiros do Século XIX*. Recife: Imprensa Universitária, 1963, p. 32.

<sup>71</sup> KARASCH, Mary C. *A Vida dos Escravos no Rio de Janeiro (1808-1850)*. São Paulo: Cia das Letras, 2000.p. 399.

Utilizando como referência o perfil do escravo “fujão”, traçado por Gilberto Freyre, João Reis e Eduardo Silva, a partir dos anúncios de fugas, procuraremos verificar o perfil dos negros fujões da região são-joanense.

No intuito de resgatar o comportamento escravo na última década de escravidão, as fugas surgem de forma sistemática e neste sentido, falar dessas fugas como elemento importante no processo de desintegração da ordem escravista torna-se fundamental. Embora elas não tenham sido fruto desse momento, ao contrário, estiveram sempre presentes na história da escravidão, o fugir adquirir um novo significado no final do século: uma vez que a instituição estava sendo questionada, circulavam diferentes opiniões sobre a escravidão e principalmente a carência de braços escravos para o trabalho se fazia sentir cada vez mais.

Conforme a historiadora Hebe Mattos, as fugas escravas, teriam sido em grande parte as responsáveis pela lei de 13 de maio de 1888, embora obviamente a abolição não tenha sido fruto exclusivo da resistência escrava, para Mattos: “*è o êxodo das senzalas extinguindo de fato a relação senhor-escravo e produzindo o fantasma da desordem e da indisciplina que teria dado origem à medida legal na forma e no tempo em que ela ocorreu.*”<sup>72</sup>

## 2.1 - As fugas quanto ao sexo

### 2.2

**Tabela 1- Escravos fugidos segundo o sexo**

	Nº	%
Mulheres	2	1,52
Homens	130	98,48
<b>Total</b>	<b>132</b>	<b>100</b>

Fonte: Biblioteca Municipal Baptista Caetano de São João del-Rei. De 1877 á 1888.

De acordo com a tabela acima a maior parte das fugas de escravos no final do século XIX nessa região era de homens. As mulheres que optaram por fugir constituíram uma minoria, o que não significa que as mulheres não resistiram à escravidão. Talvez porque suas atividades as aproximavam mais da classe senhorial o que lhes garantia a conquista de certos privilégios<sup>73</sup> e lhes possibilitava mais chances para negociarem com os senhores e alcançarem

<sup>72</sup> CASTRO, Hebe Maria da Costa Mattos Gomes de. *Das Cores do Silêncio: Os significados da liberdade no sudeste escravista-Brasil séc XIX*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1995.

<sup>73</sup> Aqui utilizamos o argumento semelhante ao de Freyre para os escravos domésticos, a diferença é que Freyre considera unicamente os laços afetivos como o elemento a impedir essas fugas, e outros tipos de revoltas. Nós, ao contrário consideramos que quanto maior a proximidade do escravo ao senhor, maiores foram às chances dos

seus objetivos com mais frequência<sup>74</sup> sem precisarem optar pelas fugas, dentre eles, a liberdade via cartas de alforria<sup>75</sup>. Uma outra hipótese que infelizmente também não poderemos comprovar por carência de dados é de que as mulheres acabavam assumindo as maiores responsabilidades com relação aos filhos, daí fugir, que já não era tarefa fácil, se tornava praticamente impossível com um ou mais filhos.

Dos diversos historiadores que trabalharam com fugas escravas para variadas regiões do Brasil, a observação feita foi de que as fugas de homens constituíram sempre a maioria. Mary Karasch em estudo sobre a vida dos escravos no Rio de Janeiro para a primeira metade do século XIX, afirma que as fugas de escravos do sexo masculino eram maioria, porque para fugir os escravos precisavam de uma oportunidade e as atividades exercidas pelos homens lhes permitiam circular mais livremente pela cidade do que as mulheres.<sup>76</sup>

Também é preciso dizer que em geral as mulheres representavam minoria nas escravarias do Brasil, pelo menos até a primeira metade do século XIX. Pela própria condição do tráfico que impunha de certa forma este quadro de predominância do elemento negro masculino no Brasil, já que a mulher no mercado africano era bem mais valorizada.

Em 1883, na fazenda do senhor Gabriel Ferreira da Silva de Conceição da Barra de Minas, o perfil da escravaria era de 42 homens e 12 mulheres. Das fugas noticiadas para Conceição da Barra, 24 fugas somando 31 escravos<sup>77</sup>, não registramos nenhuma fuga de mulheres.

Embora tenhamos dados da escravaria apenas da Fazenda de Gabriel Ferreira, sabemos que Conceição era uma região cuja atividade agrícola e pastoril era a principal

---

escravos construir o seu espaço e negociarem com os senhores. Não estamos com isso dizendo que não houvesse laços afetivos entre senhores e escravos, apenas que acreditamos que estes laços não foram o fator predominante nas relações. Também sobre a questão das atividades exercidas pelas mulheres as aproximarem mais da classe senhorial o que lhes redundavam maiores conquistas, ver: EISENBERG, Peter L. *Homens Esquecidos : Escravos e trabalhadores livres no Brasil séculos XVII e XIX*. Campinas: ED Unicamp, 1989, p.265. apud ARANTES, Sirleia Maria. *Como Se De Ventre Livre Nascera: As Cartas De Alforria Em São João Del-Rei (1870-1888)*. São João Del-Rei: Monografia da Pós-Graduação(lato sensu) em História de Minas no séc.XIX. Funrei, 2000.

<sup>74</sup> REIS, João José e SILVA, Eduardo. *Negociação e Conflito: A resistência negra no Brasil escravista*. São Paulo: Cia das Letras, 1989.p. 76.

<sup>75</sup> EISENBERG, Peter L. *Homens Esquecidos : Escravos e trabalhadores livres no Brasil séculos XVII e XIX*. Campinas: ED Unicamp, 1989, p.265. apud ARANTES, Sirleia Maria. *Como Se De Ventre Livre Nascera: As Cartas De Alforria Em São João Del-Rei (1870-1888)*. São João Del-Rei: Monografia da Pós-Graduação(lato sensu) em História de Minas no séc.XIX. Funrei, 2000.

<sup>76</sup> KARASCH, Mary C. *A Vida dos Escravos no Rio de Janeiro (1808-1850)*. São Paulo: Cia das Letras, 2000.

<sup>77</sup> Biblioteca Municipal Baptista Caetano. *O Arauto de Minas*, de 1877 á 1888.

atividade nos finais do século XIX e começo do século XX<sup>78</sup>, talvez o predomínio dessas atividades no distrito da Barra, justifiquem uma escravaria com mais homens, já que o trabalho pesado das lavouras exigia força masculina, embora as mulheres também exercessem essas atividades. No inventário de Gabriel Ferreira observamos que 2 das 12 mulheres tiveram suas atividades descritas como roceira, e uma delas como retireira.

Silvia Brugger, analisando a população da Comarca de São João del-Rei de 1776 á 1838 observa uma tendência à diminuição da razão entre homem e mulher neste período<sup>79</sup>. Embora o período com o qual estejamos trabalhando não seja o mesmo, acreditamos que havia realmente uma tendência à redução da diferença entre o número de homens e mulheres escravos, uma vez que com a extinção do tráfico, o elemento masculino parou de ser injetado nessa sociedade que passa a contar apenas com o crescimento endógeno.

## 2.2 - Fugas quanto á cor

Conforme verificado, os anúncios de fugas de escravos não seguem nenhum padrão, entretanto, existem algumas informações que são mais ou menos comuns nesses anúncios, dentre elas está a referência a cor do escravo, vejamos as tabelas:

**Tabela 2 - A cor/condição dos escravos noticiados no Jornal 1877 – 1888**

	Nº	%
Pardo	26	19,7
Mulato	4	3,0
Cabra	2	1,5
Crioulo	25	19,0
Preto	28	21,2
Fulo	19	14,4
Crioulo/preto	6	4,5
Crioulo/fulo	6	4,5
Preto/pardo	1	0,8
Preto/crioulo/fulo	1	0,8

<sup>78</sup> SOBRINHO, Antonio Gaio. *Memórias de Conceição da Barra de Minas*. São João Del-Rei,: Imprensa Universitária, 1990.p. 187

<sup>79</sup> BRUGGER, Silvia Maria Jardim. *Patriarcalismo e relações familiares em Minas Gerais*. (Mimeo).pg, 19.

Não cita	14	10,6
<b>Total</b>	<b>132</b>	<b>100</b>

Fonte: Biblioteca Municipal Baptista Caetano de São João del-Rei. De 1877 á 1888.

Obs: esses índices estão obviamente referidos apenas á amostra, não tendo qualquer significado em relação ao conjunto possíveis de escravos existentes a época nessa região.

Segundo Sheila de Castro Faria, em uma época em que se tinha como referência básica a distinção entre escravos e livres, mais importante do que explicitar a cor da pele em documentos era a referência à condição jurídica das pessoas. Assim, a utilização de certas denominações que a princípio nos parece referir-se diretamente à cor do indivíduo são na verdade formas de diferenciar escravos de homens livres, distanciar ou aproximar homens e mulheres do cativo. Dessa forma a autora sempre irá se referir à cor/condição, uma vez que termos como preto, crioulo, pardo, nos informam muito mais da condição de cativo de uma pessoa do que basicamente a cor da pele, muitas vezes se referem a uma hierarquia social<sup>80</sup>.

Robert Conrad diz: “*A condição da criança recém-nascida era determinada antes de 1871- data da lei do ventre livre-, não pela cor de sua pele, mas sim pelo status de sua mãe, e isso resultou na existência de escravos brancos no Brasil*<sup>81</sup>”.

Vejamos alguns desses termos: Negro, era utilizado para designar qualquer tipo de escravo; preto, os escravos nascidos na África; crioulo, o escravo nascido no Brasil; pardo, seriam os filhos de crioulos ou ainda poderia se usar esse termo quando não se sabia ou não tinha certeza sobre o que usar, era uma espécie de termo coringa, segundo Hebe Mattos; cabra parece ter sido pejorativo para escravos de raça mista, na maior parte das vezes usado em sentido negativo<sup>82</sup>.

O termo fulo, tão utilizado nos anúncios do jornal “O Arauto de Minas”, segundo o dicionário Moraes, “*diz-se do preto e do mulato que não tem a sua cor bem fixa, mas tirante a amarelo ou pálido*.”<sup>83</sup>

Como mostra tabela acima, tivemos casos de escravos que foram descritos como crioulos e logo depois como preto, observem:

<sup>80</sup> FARIA, Sheila S. de Castro. *A colônia em Movimento: Fortuna e Família no Cotidiano Colonial*. Niterói: tese de doutorado, UFF 1994.

<sup>81</sup> CONRAD, Robert. *Os últimos anos da escravatura no Brasil, 1850-1888*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2º ed, 1978.

<sup>82</sup> KARASCH, Mary C. *A Vida dos Escravos no Rio de Janeiro (1808-1850)*. São Paulo: Cia das Letras, 2000.p.39

<sup>83</sup> MORAES, Rubens Borba de. *Bibliografia Brasileira do Período Colonial*. São Paulo, IEB, 1969.



“Fugiu no dia 15 do corrente da casa de seu senhor Antonio Júlio de Siqueira, morador na freguesia de S. Francisco da onça, termo de S. João del-Rei o escravo Antonio, levando em sua companhia a escrava Bernardina. São conhecidos pelos seguintes signaes: Antonio, creoulo, preto fula, 23 annos, muito pouca barba, rosto redondo pés curtos e largos, olhos vivos, ventas abertas, falla grosso e meio gago, altura regular, tem falta de um dente na carreira superior, muito político no tratar, pertenceu a João Antonio na Conceição da Barra e é filho da Villa de Patos. Bernardina, creoula preta, 24 annos, altura regular, rosto magro e comprido, tem no peito empingens encarnadas, pisa para fôra, pés curtos, boca pequena<sup>84</sup>.

De acordo com Sheila de Castro Faria, para o século XVIII crioulo e preto são termos antagônicos, entretanto encontramos cinco escravos descritos dessa maneira. Uma observação mais atenta nos levou a perceber casos semelhantes, mas cuja diferença pode ser uma pista para a ocorrência de descrições como a de Antonio e a de Bernardina. Obviamente o fato de estarmos trabalhando com a última década de escravidão no Brasil é muito significativo, o fim do tráfico, as leis emancipacionistas, fazem deste período um momento de redefinição desses significados, daí muitas vezes a confusão no uso desses termos.

“Fugirão no dia 17 do corrente da fazenda do Rio do Peixe do Paiol, pertencente a Francisco Ribeiro da Silva, os 2 escravos com os signaes seguintes: Cesário crioulo de cor bem preta de 22 annos presumíveis, estatura regular, bons dentes, tem uma cicatriz no rosto proveniente de um golpe, falla grossa, tem as pernas assignaladas de feridas e na perna esquerda ainda tem uma pequena ferida. David, de 30 annos de idade, crioulo de cor preta olhos grandes, nariz chato, desdentado tem pouca barba e o pescoço grosso, as pernas são tortas e os pés são grandes com os dedos também tortos, há desconfiança que elles procurem hir para o Rio do Peixe do Pará ou Conquista e de lá para o centro. Gratifica-se com a quantia acima por cada um a quem os prender e entregar a seu senhor.<sup>85</sup>”

Conforme este anúncio, parece-nos que o termo crioulo funciona no sentido de indicar a condição do escravo e aí a informação embutida é de que este escravo seria um escravo nascido no Brasil, seguindo o raciocínio, o termo preto estaria indicando realmente a cor do cativo, ou seja, Cesário e David são crioulos de cor preta. Talvez fosse a mesma situação no anúncio anterior, o Senhor na busca por Bernardina e Antonio não achou suficiente indicar que eram crioulos era preciso fazer alusão à cor. Este fato pode ainda ser explicado porque durante a segunda metade do século XIX as condições sociais que permitiam o exercício

<sup>84</sup> Biblioteca Municipal Baptista Caetano. *O Arauto de Minas*, ano 1881 n° 19

<sup>85</sup> Biblioteca Municipal Baptista Caetano. *O Arauto de Minas*, ano 1878, n° 4

desse padrão cultural mudaram. Segundo a historiadora Hebe Mattos o registro da cor em documentos tendia a desaparecer uma vez que crescia a população de negros e mestiços livres, e a liberdade deixava de ser coisa apenas de brancos.

“O sumiço da cor referia-se antes a uma crescente absorção de negros e mestiços no mundo dos livres e não é mais monopólio dos brancos. Mesmo que o qualificativo negro continue sinônimo de escravo, há uma desconstrução do ideal de liberdade herdado do período colonial, ou seja, a desconstrução social do ideal de liberdade construída com base na cor branca associada à potência da propriedade escrava.<sup>86</sup>

Se antes havia uma identidade branca entre os homens livres, como senhores de escravos de fato ou em potencial (como eram os negros e mestiços) essa identidade foi se fragilizando e a cor/condição foi deixando de existir, a qualificação das pessoas passou a se dar mais pelas designações profissionais, que segundo Hebe Mattos, não tardou a se tornar designadora de status social. Uma outra mudança foi a auto representação do homem livre que na impossibilidade de ter acesso ao escravo, passou a diferenciar-se dele por poder ser autônomo ou executar um trabalho assalariado eventual ou seja, a identidade senhorial que embasava a liberdade deixou de existir.

Desaparecer não era bem o nosso caso, nos anúncios o que temos é o excesso. Entretanto o excesso pode também comprovar o medo dos senhores de que seus escravos pudessem se misturar aos forros já que “*a experiência de liberdade continua, entretanto, definindo-se em oposição á escravidão. A liberdade não era mais necessariamente branca, mas os escravos bem como grande parte dos forros recentes continuavam negros*<sup>87</sup>”. A historiadora observa ainda que no final do século XIX, calava-se sobre o item cor, a não ser quando se tratava de um recém liberto, em geral estranho e suspeito continuam tendo sua cor/condição mencionada, neste sentido a cor/condição aparece como uma referência negativa. Talvez por isso ela é mencionada nos anúncios com tanta frequência e de formas às vezes enfática “crioulo de cor bem preta”.

De acordo com a tabela acima a maior parte dos escravos que aparecem nos anúncios são designados como pretos, embora a diferença entre pretos e crioulos seja pequena. Uma outra observação é importante, a incidência de escravos descritos como pardos.

---

<sup>86</sup> CASTRO, Hebe Maria da Costa Mattos Gomes de. *Das Cores do Silêncio: Os significados da liberdade no sudeste escravista-Brasil séc XIX*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1995, p. 104.

<sup>87</sup> CASTRO, Hebe Maria da Costa Mattos Gomes de. *Das Cores do Silêncio: Os significados da liberdade no sudeste escravista-Brasil séc XIX*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1995, p. 110.

Se considerarmos pardo, como escravos filhos de crioulos e, portanto nascidos no Brasil, a hipótese levantada por Reis e Silva de que os escravos ladinos e os nascidos no país fugiram com mais frequência se confirma para essa região.

Entretanto é preciso uma outra observação, como mencionamos acima, o uso dos termos designadores de cor/condição sofreram modificação ao longo do século XIX, fica então a dúvida sobre o significado desses termos para o final deste século. Se pensarmos que o tráfico atlântico foi extinto em 1850, e que pretos eram escravos nascidos na África, não poderíamos ter escravos de 20, 30 anos com essa designação. Como no momento não temos condições de esclarecer melhor a questão, preferimos nos abster de conclusões sobre a cor/condição dos fugitivos nessa região.

### 2.3 - As fugas e a família

“Fugiu da cidade do Pomba, no dia 24 de outubro do corrente anno, o escravo de nome Martinho de idade de 25 annos mais ou menos, cor parda, estatura regular, pouca barba, porém bem cerrada no queixo, nariz afilado, tem um signal no pescoço abaixo da nuca, no andar tem um mancado, é filho do Curvello, tem mãe e irmãos lá, e por isso deve ter procurado aquele lugar.<sup>88</sup>”

Anúncios como este nos fazem pensar na importância da família e dos laços de solidariedade entre os escravos. O caso de Martinho não é um caso isolado. Como ele, muitos escravos tiveram que se separar de suas famílias, seja pelo tráfico transatlântico quando foram arrancados da África, ou já na segunda metade do século XIX quando em 1850 se extinguiu o tráfico atlântico e em contra partida intensificou o tráfico inter e intraprovincial<sup>89</sup>, separando mais uma vez famílias escravas.

Durante muito tempo, historiadores negaram ou simplesmente ignoraram a existência da família escrava. Sabe-se hoje que a escravidão e o parentesco não são experiências excludentes; o cativo não abortou a família escrava<sup>90</sup>.

Para Manolo Florentino e José Roberto Góes, a existência da família escrava foi por muito tempo questionada porque eram tidas como economicamente inviáveis. A demografia

<sup>88</sup> Biblioteca Municipal Baptista Caetano. *O Arauto de Minas*, 1881 n°33.

<sup>89</sup> CASTRO, Hebe Maria da Costa Mattos Gomes de. *Das Cores do Silêncio: Os significados da liberdade no sudeste escravista-Brasil séc XIX*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1995.p. 104 e CONRAD, Robert. Os últimos anos da escravatura no Brasil, 1850-1888. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2° ed, 1978.p.67-69

<sup>90</sup> FLORENTINO, Manolo Garcia e GOES, José Roberto. *Parentesco e família entre os escravos de Vallim*, IN CASTRO, Hebe Maria Mattos de Castro e SCHNOOR, Eduardo. *Resgate: Uma janela para o oitocentos*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1995. 245 p: il.

da escravidão se pautaria pela preferência senhorial por elementos do sexo masculino, em tese mais adequado as rudes tarefas intrínsecas a grande propriedade. “*A empresa seleciona o sexo e também a idade porque almeja o trabalho: os cativos deveriam estar aptos à integração imediata ao processo produtivo, assim era preferível que fossem homens adultos*”<sup>91</sup>. Mas com a proibição definitiva do tráfico, ao mesmo tempo em que o preço dos cativos sofria um aumento generalizado, os senhores brasileiros procurariam prolongar-lhes a vida útil. Assim o desequilíbrio entre os sexos foi diminuindo.

Slenes trabalha com a questão da importância dos laços familiares para o cativo. Nosso trabalho não pretende explicar a constituição ou a frequência de famílias escravas. Entretanto, uma vez observados anúncios como o de Martinho e também um grande número de escravos do senhor Gabriel Ferreira de Conceição da Barra envolvidos por algum laço de parentesco, não poderíamos deixar passar em branco uma questão tão importante como esta.

Obviamente os dados que possuímos são poucos para chegarmos a qualquer conclusão sobre a família escrava nessa região. No entanto, a julgar pela escravaria de Gabriel, elas deviam ser mais comuns do que tem sido considerado por muitos historiadores. Infelizmente as informações que temos desses escravos é apenas o registro de 1872 e em seguida a lista dos escravos em 1883 quando Gabriel faz o inventário. Em 1872, Gabriel possuía 50 escravos, desses, 25 possuíam algum laço de parentesco, ou seja, exatamente 50%. Em 1883, são 54 escravos e 29 deles tem algum vínculo familiar, isso representa 53,7 %.

O que podemos observar é que a rede de parentesco nessa fazenda era muito comum. Não somente no que diz respeito aos laços matrimoniais. Alguns dos escravos que foram listados em 1872 o foram na situação de mães e filhos, o que aumenta ainda mais a rede de parentesco.

“Este no entanto é o olhar branco, se nós quisermos expressar em termos de cor, que circunscrevia a família escrava a um grupo primário baseado nos eixos matrimoniais e consangüíneos, em verdade era bem mais que isso **a família escrava.**”<sup>92</sup>(grifo meu)

Viajantes que passaram pelo Brasil no século XIX fazem diferentes considerações sobre a família escrava, na maior parte, considerações negativas, uma vez que utilizam o

---

<sup>91</sup> FLORENTINO, Manolo e GOÉS, José Roberto. A paz nas senzalas: famílias escravas e tráfico atlântico, Rio de Janeiro, c. 11790-c.1850. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997. pp.28-29.

<sup>92</sup> FLORENTINO, Manolo Garcia e GOES, José Roberto. *Parentesco e família entre os escravos de Vallim*, IN CASTRO, Hebe Maria Mattos de Castro e SCHNOOR, Eduardo. *Resgate: Uma janela para o oitocentos*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1995. 245 p: il. P. 147.

padrão da família européia como referência. Com base neste padrão acabavam se referindo na maior parte das vezes ao escravo como um ser desregrado sexualmente já que nesta sociedade famílias escravas compostas de pai, mãe e filhos, em união sacramentada pela igreja eram realmente minoria<sup>93</sup>.

O que podemos dizer com base em nossas observações é que a família escrava existiu, claro que não nos moldes europeus, mesmo porque os escravos possuíam formas próprias de organização. Condicionar a existência da família escrava a este modelo, seria no mínimo adotar uma visão reducionista. Principalmente se considerarmos como Kátia Matoso que poucos escravos chegaram a se casar. Segundo ela “*O primeiro recenseamento oficial da população brasileira de 1872, mostra que somente 10% dos escravos brasileiros eram casados ou viúvos, isso porque os escravos não viam vantagens no casamento*”<sup>94</sup>.

Em contra partida Slenes enumera uma série de vantagens que o casamento poderia proporcionar ao escravo:

“O apoio emocional e psicológico deve significar muito para enfrentar as separações, punições e privações, casar também significa ganhar maior controle sobre o espaço da moradia, muitas vezes esses escravos teriam autonomia para prepararem sua comida, e economicamente eram dois para produzirem, teriam excedentes para vender ou poderiam até planejar suas atividades produtivas em função dos incentivos de mercado.”<sup>95</sup>

Conforme Sheila de Castro Faria o século XIX teve inovações que tornaram seu perfil muito especial dentro da história do escravismo brasileiro, inclusive na perda dos interesses dos escravos em buscar formas católicas de união matrimonial. Se durante o século XVIII os escravos viram o casamento como uma estratégia possível para tentar fazer com que os senhores respeitassem seus grupos familiares, daí buscarem regularizar sua situação conjugal segundo os padrões dos grupos dominantes, o século XIX, assistiu a mudanças significativas.

A igreja elaborou leis que impediam teoricamente a separação de casais, interferindo dessa forma na relação senhor-escravo. Enquanto o tráfico durou e a mão de obra era abundante, essa lei não significou muito, entretanto com a lei de 1850 que proibia o tráfico de escravos, os senhores não podiam mais admitir a interferência da igreja na sua relação com os

---

<sup>93</sup> Sobre a predominância de escravos solteiros sobre *casados, e família patriarcal*, ver: BRUGGER, Silvia Maria Jardim. *Patriarcalismo e relações familiares em Minas Gerais*. (Mimeo).

<sup>94</sup> MATOSO, Kátia de Queirós. *Ser escravo no Brasil*. 3º ed. São Paulo: Brasiliense, 1990.p. 126-127.

<sup>95</sup> SLENES, Robert W. Na *Senzala uma Flor: Esperanças e recordações na formação da família escrava-Brasil sudeste, século XIX*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990.

cativos, daí, segundo Sheila de Castro Faria, houve a diminuição nas taxas de legitimidade entre os cativos já que os senhores passaram a ver as uniões sacramentadas pela igreja como um empecilho para a venda desses escravos.

Por outro lado, houve um aumento de influências das práticas africanas no cotidiano dos cativos, é que segundo a historiadora na primeira metade do século XIX houve uma verdadeira enxurrada de africanos entrando no Rio de Janeiro, basicamente em direção as áreas cafeeiras. As demais regiões entretanto, receberam parte desses escravos. Mas é preciso considerar que a diminuição do número de uniões documentadas, não significa a ausência da família escrava<sup>96</sup>.

De acordo com Silvia Brugger, “em Minas, tanto no século XVIII, quanto no XIX, teria havido um marcante predomínio do estado de solteiro sobre o de casado, dando margem à proliferação de uma série de formas de relações não sancionadas pela Igreja.”<sup>97</sup>

Se levarmos em consideração os dados das tabelas acima, verificaremos que os laços familiares, na fazenda de Gabriel Ferreira da Silva foram bem comuns. Nesse caso o que fica evidente é que um índice tão alto de escravos solteiros se deveu ao baixo número de mulheres nas escravarias.

Para Hebe a questão cultural<sup>98</sup> em que as mulheres se casavam mais cedo é um dos motivos que explica uma maior porcentagem de mulheres que contraíram matrimônio entre os escravos. Segundo Slenes, a família escrava nuclear e estável, capaz de estabelecer linhagem por várias gerações foi uma possibilidade majoritariamente realizada pelas mulheres cativas que viveram em plantéis com mais de dez escravos<sup>99</sup>.

Como nossas fontes principais são os anúncios de jornais e nesses não encontramos nenhuma referência ao estado conjugal do escravo, não pudemos chegar a nenhuma conclusão sobre a maior ou menor incidência de fugas entre escravos com algum vínculo matrimonial. Entretanto, segundo Sheila de Castro Faria, pessoas com laços familiares são mais estáveis e menos propensas a mudanças, e á fugas<sup>100</sup>.

---

<sup>96</sup> FARIA, Sheila S. de Castro. *A colônia em Movimento: Fortuna e Família no Cotidiano Colonial*. Niterói: tese de doutorado, UFF 1994. pp.335-342.

<sup>97</sup> BRUGGER, Silvia Maria Jardim. *Patriarcalismo e relações familiares em Minas Gerais*. (Mimeo).p. 28.

<sup>98</sup> CASTRO, Hebe Maria da Costa Mattos Gomes de. *Das Cores do Silêncio: Os significados da liberdade no sudeste escravista-Brasil séc XIX*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1995, pg 98.

<sup>99</sup> SLENES Robert W. Lares negros, olhares brancos: histórias da família escrava no século XIX. In Lara, Silvia Apud CASTRO, Hebe Maria da Costa Mattos Gomes de. *Das Cores do Silêncio: Os significados da liberdade no sudeste escravista-Brasil séc XIX*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1998. org). *Escravidão*, Revista Brasileira de História. São Paulo: v. 8, n16, mar./ago. de 1998 apud

<sup>100</sup> FARIA, Sheila S. de Castro. *A colônia em Movimento: Fortuna e Família no Cotidiano Colonial*. Niterói: tese de doutorado, UFF 1994.

As relações familiares eram muito presentes nesta sociedade, e muito importantes enquanto viabilizadores de projetos, não somente dos brancos que faziam muitas vezes dos casamentos uniões de interesses políticos e econômicos, como também de escravos, cujo laços familiares permitiam-lhes maiores chances nessa sociedade, o apoio familiar era muito importante em muitas decisões, como por exemplo durante as fugas, em que os escravos poderiam contar com o apoio dessa família para acobertá-lo.

## 2.4 - As fugas quanto aos defeitos físicos e cicatrizes

“Para se integrarem nos papéis ou nas funções que deviam desempenhar neste sistema escravo e menino precisavam de ser disciplinados... á maneira da época, que era uma maneira que ninguém concebia que estivesse ausente a palmatória ou o chicote, o castigo que doesse no corpo, a punição cruamente física. Pelo que não nos devem horrorizar demasiadamente nos escravos fugidos, marcas nas nádegas de castigos ou sinais de punições: lubambos nos pés: correntes nos pé.<sup>101</sup>”

Seja a partir da visão paternalista de Freyre, ou a partir do direito do senhor sobre o escravo, o certo é que os castigos estiveram sempre presentes na relação senhor-escravo. Muitas vezes eles eram a causa das fugas. Embora o castigar fosse um direito do senhor, o escravo tinha consciência sobre o que era o castigo justo ou não,<sup>102</sup> e muitas vezes, se considerava os castigos que recebia como excessivos respondia aos senhores com a fuga .

Conforme Karasch muitos senhores ministravam aos escravos recém chegados no Brasil castigos físicos num exercício de dominação senhorial, castigos esses que eram motivos para fugas.

Não só o castigo executado era motivo para fugas como o castigo prometido. Muitos escravos fugiam de seus senhores por temer um castigo, às vezes porque não foi possível conseguir executar o trabalho exigido pelo senhor, por exemplo<sup>103</sup>. Segundo Karasch a incidência de fugas de escravos brasileiros e africanos para escapar de castigos cruéis era numerosa, pelo menos na primeira metade do século XIX.

As marcas corporais deixadas pelos castigos acabavam se configurando em um grande empecilho para o escravo. Entretanto, não eram apenas marcas de castigos que os

---

<sup>101</sup> FREYRE, Gilberto. *O Escravo nos Anúncios de Jornais Brasileiros do Século XIX*. Recife: Imprensa Universitária, 1963.

<sup>102</sup> LARA, Silvia Hunold. *Campos da Violência Campos da Violência: Escravos e Senhores na Capitania do Rio de Janeiro 1750-1808*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

<sup>103</sup> KARASCH Mary. P. 405 e REIS, João José e SILVA Eduardo também falam sobre o medo do castigo p. 66.

escravos traziam no corpo, muitas eram marcas de nações, como os cortes no rosto, tatuagens. A maioria entretanto parece-nos ser defeitos físicos deixados pelos longos anos de trabalho pesado e repetitivo.

De acordo com Lilia Schwrcz, os escravos domésticos descritos em anúncios de jornais, não apresentam defeitos físicos relevantes e parecem possuir uma relação próxima aos seus senhores. Já os escravos agrícolas ou rurais que constituíam maioria absoluta dos casos, demonstram que o senhor pouco os conhecia pela ausência de detalhes na descrição do fugitivo<sup>104</sup>.

**Tabela 3 - As marcas dos escravos nas páginas do jornal  
“O Arauto de Minas”**

	Nº	%
Com marcas	51	38,6
Sem marcas	81	61,4
<b>Total</b>	<b>132</b>	<b>100</b>

Fonte: Biblioteca Municipal Baptista Caetano de São João del-Rei. De 1877 á 1888.

Dentre os que apresentam irregularidades a maior parte se refere à deformidade nos pés, dedos e pernas.

Gilberto Freyre chama a atenção para um certo tipo de deformação, a falta de falanges e dedos inteiros da mão de um indivíduo, segundo ele esse tipo de deformação poderia ocorrer tanto por acidente de trabalho (as moendas de engenho) quanto por sinal de luto ritual, seguido por algumas tribos. Freyre fala ainda que muitas das deformidades como pernas tortas e deformações da cabeça dos escravos estavam ligadas ao fato de muitas mães serem obrigadas a conservarem escanchados seus filhos pequenos por longas horas de trabalho<sup>105</sup>.

Não foi possível identificarmos muitos anúncios que fizessem referência a marcas de castigos, talvez porque estes castigos já não eram tão tolerados pela sociedade já impregnada de idéias abolicionistas, no final do Século XIX.

Com a exceção dos anúncios de fugas de Lazaro e Germano não registramos mais nenhum anúncio que fizesse menção aos castigos sofridos pelo escravo, mesmo que fossem

<sup>104</sup> SCHWARCZ, Lilia Moritz. *Retrato Em Branco E Negro: Jornais, escravos e cidadãos em São Paulo no final do século XIX*. São Paulo: Cia das Letras, 1987.p.144

<sup>105</sup> FREYRE, Gilberto. *O Escravo nos Anúncios de Jornais Brasileiros do Século XIX*. Recife: Imprensa Universitária, 1963. Emília Viotti da Costa. *Da Senzala à Colônia*. São Paulo: Editora Brasiliense, 3ª ed, 1989 p. 255 também registra a prática das escravas carregarem seus filhos escanchados nas costas durante o trabalho.



sinais antigos como os que possuíam esses escravos, todavia isso não significa que eles não existissem, mesmo porque, muitos dos fugitivos foram descritos com “cicatrizes nas pernas e braços”, ou mão queimada, sem que fosse especificada a forma como isso ocorreu.

“Fugiu da fazenda do fundão em S. Rita do Rio Abaixo, município de S. João del-Rei, o escravo Lázaro, com os seguintes signaes: cabra bahiano, 30 annos, cabello grosso, pouco torcido, falta de dois dentes da frente no queixo inferior é rendido, tem signaes antigos de castigo nas costas tem signal de uma ferida em uma perna, barba só no queixo, estatura baixa.<sup>106</sup>”

“Fugio da Madre de Deus do Angu, termo da cidade de Leopoldina, o escravo germano, pardo de 45 annos mais ou menos estatura baixa, corpulento, testa pequena, pouca barba já branqueando, alguns signaes velhos de chicote nas costas, onde tem um pequeno lobinho. Em consequência de destroncamento tem o cotovello do braço direito grosso, o que não lhe impede de trabalhar como valleiro. Está fugido a 3 annos pouco mais ou menos, consta ter estado em Dores de Boa Esperança e ter-se dirigido d’ali em direcção a Tamanduá, S. Antonio do Monte ou Patos.<sup>107</sup>”

Sobre as marcas de nações, provavelmente pelo próprio desconhecimento e conseqüente dificuldade dos senhores em reconhecer essas marcas, muitas das cicatrizes descritas podem ser inclusive marcas de nações. Somente em um dos anúncios analisados se fez referência à marca de nação. Entretanto, uma análise da idade dos escravos que estavam nas páginas do jornal ‘O Arauto de Minas’, nos permite uma outra hipótese, para a ausência de descrições de marcas de nações no período estudado. A faixa etária dos escravos que fugiram nesses 10 anos analisados era dos 15 aos 35 anos, se o tráfico de escravos foi extinto em 1850, estes escravos eram todos nascidos no Brasil, daí não possuem realmente marcas de nações, característica que predominava nos escravos africanos.

“Fugio da fazenda de Francisco de Souza Aguiar, morador na freguezia da Bocaiana, termo de Ayuroca, no dia 4 de junho do corrente anno o escravo José Mina com os seguintes signaes: talhos na cara conforme o uso de sua nação, baixo de estatura, cor preta, olhos grandes, pouca barba e falta de um dente na frente.<sup>108</sup>”

Gilberto Freyre chama nossa atenção para a frequência com que aparece a cor fula, ou até mesmo escravo fulo nos anúncios de fuga. Da mesma forma que os cabelos

<sup>106</sup> Biblioteca Municipal Baptista Caetano. *O Arauto de Minas*, ano 1883 n°15

<sup>107</sup> Biblioteca Municipal Baptista Caetano. *O Arauto de Minas*, ano 1877 n°5

<sup>108</sup> Biblioteca Municipal Baptista Caetano. *O Arauto de Minas*, ano 1878.

avermelhados e até mesmo louros, dos cativos, a cor fula pode estar entre as marcas deixadas pelo ofício que este escravo exercia, provavelmente durante longas horas debaixo do sol<sup>109</sup>.

As marcas e os castigos eram de tal maneira comuns e a referência a eles tão constante, e isso podemos verificar pelos anúncios de fugas de escravos da região são-joanense, que o anunciante costumava desculpar-se quando por algum motivo não podia descrevê-los com precisão, como no anúncio abaixo:

“Fugio no dia 28 de janeiro de 1884 da fazenda do capão redondo, termo da cidade de Oliveira, o escravo Faustino de quarenta annos mais ou menos, estatura mais que regular, côr preta, pouca barba, falla grossa, nariz chato e meio torto, (é o signal mais visivel) tem os dedos dos pés um pouco tortos para dentro.<sup>110</sup>”

O que desejamos ressaltar é a frequência com que essas cicatrizes fossem de castigos ou do duro ofício ou ainda símbolos de suas nações eram descritas nos anúncios, visando logicamente fornecer mais uma pista que ajudasse na captura do escravo.

“Assim, peças e ganchos, cicatrizes e marcas de ferro, membros mutilados, não só testemunhavam os rigores da escravidão como também acabavam por ser utilizado como sinais que dificultavam a evasão do cativo, marcando em seu próprio corpo a sua condição.<sup>111</sup>”

## 2.5 - As fugas quanto à idade e a estatura

**Tabela 4 - Os anúncios de fugas segundo a idade**

	Nº	porcentagem %
Até 15 anos	4	3,0
De 16 á 25 anos	39	29,5
De 26 á 35 anos	40	30,3
De 36 á 45 anos	17	12,9
Acima de 46 anos	5	3,8
Não citou	27	20,5
<b>Total</b>	<b>132</b>	<b>100</b>

<sup>109</sup> FREYRE, Gilberto. *O Escravo nos Anúncios de Jornais Brasileiros do Século XIX*. Recife: Imprensa Universitária, 1963.p. 91.

<sup>110</sup> Biblioteca Municipal Baptista Caetano. *O Arauto de Minas*, ano 1878..

<sup>111</sup> SCHWARCZ, Lília Moritz. *Retrato Em Branco E Negro: Jornais, escravos e cidadãos em São Paulo no final do século XIX*. São Paulo: Cia das Letras, 1987.p.145

Fonte: Biblioteca Municipal Baptista Caetano de São João del-Rei. De 1877 á 1888.

De acordo com as tabelas acima podemos verificar que as fugas nessa região se davam preferencialmente entre os escravos mais jovens bem como Freyre descreveu para tantas outras regiões. Segundo João Reis e Eduardo Silva citando Genovese, os homens jovens podiam mais prontamente fugir por não terem ainda assumido responsabilidades com mulher e criança mesmo que já fossem pais, ou porque, *“as imensas dificuldades antepostas á empresa, o mais difficil combate que um indivíduo poderia contra o regime”*, era algo para ser tentado na força da idade<sup>112</sup>.

**Tabela 5 - Anúncios de fuga quanto á estatura dos escravos**

	Nº	%
Baixo	24	18,2
Regular	50	37,9
Alto	41	31,0
Ordinária	2	1,5
Não cita	15	11,4
<b>Total</b>	<b>132</b>	<b>100</b>

Fonte: Biblioteca Municipal Baptista Caetano de São João del-Rei. De 1877 á 1888.

A maior parte dos anúncios de fugas de escravos, se referem a escravos altos ou regulares. Escravos Corpulentos também são freqüentes, atributos muitas vezes que procuram ressaltar a força do escravo e a ameaça que ele representa parecem ter sido usados pelos senhores: *“Adriano é um escravo de altura regular, entretanto é cheio de corpo e anda com uma faca aparelhada de prata.”*

Para Gilberto Freyre, os anúncios de fugas de escravos, trazem a descrição do negro tal como ele é, chegam a ser dolorosos, devido a franqueza com que descreve o negro fujão, pormenorizando cada detalhe, seja de doença, de marcas, ou de deformidades. Ao contrário dos anúncios de venda e aluguel que procuram pintar uma figura o mais bonita e perfeita possível. Entretanto, é preciso considerarmos a dimensão simbólica desses anúncios, que

<sup>112</sup> GENOVESE, Eugene D., Roll, Jordan Roll. *The world the slaves Made*, Nova Iorque, 1974, sobretudo o item “On Resistance”, pp.597-598, apud REIS, João José, SILVA, Eduardo. *Negociação e conflito: A resistência negra no Brasil escravista*. São Paulo. Cia das Letras, 1989, p.648 e 798.

revelam a visão que os senhores possuíam sobre os escravos e suas atitudes, o fato de não terem sido escritos de forma a pensar na posteridade não significa que não emitissem juízo de valor, ou que os significados de muitas descrições ultrapassassem e muito o material.

Neste sentido o fato de tantos escravos serem descritos como negro alto e corpulento pode significar uma referência a força do cativo, principalmente neste momento. O negro cresceu muito nesses últimos anos de escravidão, principalmente após 1870 conquistara direitos legais, e agora já era tão alto!<sup>113</sup>

## 2.6 - Fugas individuais ou coletivas?

**Tabela 6 - Tipos de fugas**

		Nº	%
Individuais		90	84
Coletivas	2 escravos	12	11
	3 escravos	3	3
	Mais de 3 escravos	2	2
<b>Total</b>		<b>107</b>	<b>100</b>

Fonte: Biblioteca Municipal Baptista Caetano de São João del-Rei. De 1877 á 1888.

Embora as fugas estivessem entre as formas mais usuais de resistência escrava, foram em sua maioria as fugas individuais que predominaram.

*“As evasões coletivas eram consideradas particularmente perigosas, já que revelam inclusive um certo descontrole dos senhores frente à situação<sup>114</sup>”*. Mas nem toda fuga coletiva era da mesma natureza perigosa, muitas se davam entre familiares.

Nos anúncios que trabalhamos não encontramos nenhuma fuga envolvendo mais de um escravo, que mencionasse que os fugitivos fossem parentes. Somente em uma delas fugiu um homem e uma mulher, mas não foi informado se entre eles havia alguma relação de parentesco, vejamos:

“Fugiu no dia 15 do corrente da casa de seu senhor Antonio Júlio de Siqueira, morador na freguezia de S. Francisco da Onça, termo de S. João del Rei o escravo Antonio, levando em sua companhia a escrava Bernardina. São conhecidos pelos seguintes signaes: Antonio, creoulo, preto fula, 23 annos, muito pouca barba, rosto redondo pés curtos e largos, olhos vivos, ventas abertas, falla grosso e meio gago,

<sup>113</sup> A respeito ver Sidney Chalhoub dialogando com Machado de Assis, na história de Pancrácio. CHALHOUB, Sidney. *Visões da Liberdade: Uma história das últimas décadas de escravidão na corte*. São Paulo: Cia das Letras, 1990.

<sup>114</sup> SCHWARCZ, Lilia Moritz. *Retrato Em Branco E Negro: Jornais, escravos e cidadãos em São Paulo no final do século XIX*. São Paulo: Cia das Letras, 1987p. 138

altura regular, tem falta de um dente na carreira superior, muito político no tratar, pertenceu a João Antonio na conceição da barra e é filho da Villa de Patos. Bernardina, creoula preta, 24 annos, altura regular, rosto magro e comprido, tem no peito empingens encarnadas, pisa para fóra, pés curtos, bocca pequena.<sup>115</sup>”

Segundo João José Reis e Eduardo Silva, fugas coletivas parecem possíveis apenas em condições excepcionais, como o avanço senhorial sobre conquistas anteriores, ou quando a normalidade institucional é quebrada por dissidências no interior do bloco dominante<sup>116</sup>.

De acordo com a tabela acima, as fugas coletivas noticiadas pelo “Arauto de Minas”, representaram pouco mais de 15% das fugas. O que podemos observar é que na maior parte dessas fugas o anúncio menciona o antigo dono dos escravos ou a região de onde veio, isso nos faz supor que essas fugas deveriam se dar em sua maioria por escravos comprados recentemente, que buscava retornar a condição, ao dono ou ao lugar anterior. Segue o anúncio que reuniu o maior número de escravos no período analisado. Uma coisa ao menos fica evidente neste anúncio, os negros queriam retornar, o motivo não sabemos com certeza, talvez a saudade das famílias que deixaram para trás, talvez o descontentamento com as condições atuais de cativo.

“Fugirão da casa do Sr Francisco Delgado Motta, no Rio do Peixe, termo do Bomfim, na noite de 26 de março, os seguintes escravos pertencentes ao Francisco Baeta Neves: Domingos preto, 24 annos, sem barba, estatura regular nariz chato, rosto comprido e olhos castanhos. Germano crioulo, preto, alto, 22 annos, rosto oval, nariz chato, pouca barba. Manoel, 18 annos, pardo, sem barba, altura regular, rosto comprido. Henrique, preto, 23 annos, pardo, sem barba, boca pequena, estatura regular, nariz chato, rosto redondo. Laurentino, preto, 25 annos, alto barbado, boca regular, nariz chato. São todos naturaes da província de Alagoas, suppõe-se que procurem as margens do rio S. Francisco ou rio Pardo da Bahia.<sup>117</sup>”

## 2.7 - Alguma fugas

Como já dissemos, fugir não era tarefa fácil, manter-se longe do senhor e não ser recapturado era mais complicado ainda. Em geral os escravos procuravam lugares de difícil

---

<sup>115</sup> Biblioteca Municipal Baptista Caetano. *O Arauto de Minas*. Ano 1881.

<sup>116</sup> REIS, João José e SILVA, Eduardo. *Negociação e Conflito: A resistência negra no Brasil escravista*. São Paulo: Cia das Letras, 1989.p.77

<sup>117</sup> Biblioteca Municipal Baptista Caetano. *O Arauto de Minas*, ano 1877.

acesso como o sertão, a mata fechada, montes e mangues, ou ainda cidades mais populosas como Rio de Janeiro e Salvador, principalmente nos bairros habitados por negros<sup>118</sup>.

Segundo Kátia Matoso, freqüentemente os escravos eram capturados. Os motivos são variados, desde a atração do ganho, até o medo dos castigos que contém aqueles que poderiam ajudar um negro em fuga, além de que a igreja brasileira desconhecia o direito de asilo<sup>119</sup>.

Já para a historiadora Mary Karasch na sociedade carioca do início até meados do século XIX, existiam pessoas pré dispostas a ajudarem os fugitivos, os motivos também eram variados: patrões precisando desesperadamente de trabalhadores; amigos e parentes que queriam salvá-los e pessoas que tinham interesse em negociar objetos roubados por estes escravos<sup>120</sup>.

Mas, os escravos também criaram estratégias próprias para não serem descobertos em suas fugas, uma delas e que freqüentemente ocorria era se passar por liberto ou escravo de outro senhor, principalmente se estava em uma parte do país em que não era conhecido, vejamos:

“Fugio no dia 08 de outubro de 1876 da fazenda do Destino, o escravo por nome Benedicto, de 30 annos mais ou menos, creoulo, alto, magro, cabeça pequena, pés grandes, pouca barba, falla bem, bons dentes, bom tropeiro, ferra bem e lida com animaes, costuma intitular-se forro e muda de nome. Há pouco andou nas immediações d’esta cidade, Morro Grande com o nome de Raimundo.<sup>121</sup>”

Tão interessante quanto a fuga e as artimanhas de Benedicto para não ser descoberto e levado de volta a seu senhor são as estratégias de Vicente, um pardo que fugiu de Ouro-Preto e ao que tudo indica seguiu para São João del-Rei, pelo menos o senhor suspeitava disso, embora não nos forneça o motivo inclusive para esta desconfiança. Além de se passar por forro, Vicente fingia-se de padre sabendo “*latinorias de algibeira*”. Outro dado interessante é que Vicente fugira na companhia de um estudante<sup>122</sup>. Isso demonstra o quanto mudara a maneira da sociedade olhar para a escravidão neste período, “com a quebra do paradigma ideológico, eles (os escravos) podem contar com o apoio e cumplicidade de setores médios urbanos freqüentemente penetrados por idéias liberais, ou simplesmente insatisfeitos com o status quo.<sup>123</sup>”

<sup>118</sup> A esse respeito ver KARASCH, Mary, p. 408 e REIS João José e SILVA, Eduardo. P. 70.

<sup>119</sup> MATOSO, Kátia de Queirós. *Ser escravo no Brasil*. 3º ed. São Paulo: Brasiliense, 1990.P. 154-155.

<sup>120</sup> KARASCH, Mary C. *A Vida dos Escravos no Rio de Janeiro (1808-1850)*. São Paulo: Cia das Letras, 2000. p. 408.

<sup>121</sup> Biblioteca Municipal Baptista Caetano. *O Arauto de Minas*, ano 1877.

<sup>122</sup> Biblioteca Municipal Baptista Caetano. *O Arauto de Minas*, ano 1878.

Vicente provavelmente foi um desses escravos que estava atento aos momentos de crises da sociedade escravista, provavelmente as chances de sua fuga ser bem sucedida aumentavam consideravelmente já que conseguira apoio.

Uma coisa que também merece atenção no anúncio da fuga de Vicente é a alta recompensa que o senhor oferece pela captura do pardo, 500\$000. Por que será? O anúncio menciona apenas os “desvios de comportamento” do escravo, dizeres como: “inclinado a crápula, a orgia”, “muito falante, gosta de intrometer-se com gente grande, a quem serve de cupido”. A imagem que o senhor quer passar de Vicente é de um escravo problemático, entretanto a recompensa que oferece pelo escravo parece indicar exatamente o contrário, um cativo que deveria no mínimo, prestar bons serviços.

Lilia Schwarcz, chama atenção para estes tipos de atributos que geralmente os anúncios trazem sobre os escravos. De acordo com a historiadora, *”esses atributos parecem não se referir diretamente ao objeto último do anúncio(o escravo) remetendo-nos antes a dimensão simbólica do material.*<sup>124</sup>”

“A fuga aliás, era sempre uma grande aventura. Se havia os coiteiros de negros, os que apadrinhavam escravos por simples ternura humana, havia também quem tivesse de olhos arregalados para os anúncios onde se prometiam gratificações generosas pela captura dos negros fugidos.<sup>125</sup>”

De acordo com Karasch, muitos dos fugitivos voltavam espontaneamente, já que a fome e a miséria em que viviam os faziam retornar, mesmo sabendo que iriam ser castigados, outros voltavam sob a proteção de um padrinho, que em geral era uma pessoa poderosa ou influente que intercedia pelo escravo junto a seu senhor. Todavia a maioria só retornava pelo laço de capitães do mato e neste caso os castigos eram inevitáveis<sup>126</sup>.

Para João José Reis e Eduardo Silva, até meados do século XIX, as fugas para locais de difícil acesso predominaram, mas a partir de 1870, com o crescimento urbano, a ampliação de um mercado livre de trabalho e a mudanças ao nível das mentalidades coletivas, direcionou as fugas para o interior das próprias cidades. Os historiadores consideram que neste momento

---

<sup>123</sup> REIS, João José e SILVA, Eduardo. *Negociação e Conflito: A resistência negra no Brasil escravista*. São Paulo: Cia das Letras, 1989.p.72

<sup>124</sup> SCHWARCZ, Lilia Moritz. *Retrato Em Branco E Negro: Jornais, escravos e cidadãos em São Paulo no final do século XIX*. São Paulo: Cia das Letras, 1987.p. 146

<sup>125</sup> FREYRE, Gilberto. *O Escravo nos Anúncios de Jornais Brasileiros do Século XIX*. Recife: Imprensa Universitária, 1963.p. 104.

<sup>126</sup> KARASCH, Mary C. *A Vida dos Escravos no Rio de Janeiro (1808-1850)*. São Paulo: Cia das Letras, 2000.p. 413.

o meio urbano passa a oferecer oportunidades para esses cativos e é por isso que muitos fogem levando consigo instrumentos de trabalho e vão tentar a vida nas cidades. Assim, as fugas se voltam para dentro, isto é, para o interior da própria sociedade escravista, onde encontram finalmente a dimensão política de luta pela transformação do sistema<sup>127</sup>.

Se por um lado há uma mudança de mentalidade em relação a escravidão, há senhores que não se conformam com a fuga do escravo e desejam recuperar o fugitivo, para isso continuam a lançar mão dos anúncios com recompensas para recuperar o negro fugido.

Segundo Hebe Mattos, os negros povoaram os jornais até os últimos meses de escravidão, as idéias abolicionistas circulavam ao lado de anúncios de compra e venda de escravos.

“Até mesmo os jornais mais liberais como o jornal A Redenção de São Paulo só em outubro de 1887 assumiu a defesa da abolição incondicional, poucos meses antes que os próprios fazendeiros da região. Jornais como O Monitor Campista, publicado no Norte Fluminense, palco de um dos mais acirrados movimentos abolicionistas da província, e ele próprio moderadamente alinhado a causa abolicionistas e republicana divulgava em suas páginas os anúncios de compra e venda, bem como os que ofereciam gratificação pela fuga dos escravos.<sup>128</sup>”

Já Gilberto Freyre, acredita que os anúncios foram desaparecendo aos poucos na medida em que se aproximava a abolição :

“é natural que em uma sociedade patriarcal e escravocrática como a nossa, no tempo do Reino e do Império, os anúncios de maior significação fossem os de escravos: compras, vendas, aluguel, fugas, anúncios que só vieram a desaparecer nos fins do século XIX, aos brilhos mais intensos da campanha abolicionistas. Os negros foram sumindo aos poucos, até que desapareceram de todo. Era a abolição que se aproximava. Sociedades abolicionistas animavam e favoreciam a fuga dos negros; e com tal eficiência que se faziam temer pelos proprietários de diários e não apenas odiar pelos senhores de escravos.<sup>129</sup>”

---

<sup>127</sup> REIS, João José e SILVA, Eduardo. *Negociação e Conflito: A resistência negra no Brasil escravista*. São Paulo: Cia das Letras, 1989.p. 72.

<sup>128</sup> CASTRO, Hebe Maria da Costa Mattos Gomes de. *Das Cores do Silêncio: Os significados da liberdade no sudeste escravista-Brasil séc XIX*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1995.P. 235

<sup>129</sup> FREYRE, Gilberto. *O Escravo nos Anúncios de Jornais Brasileiros do Século XIX*. Recife: Imprensa Universitária, 1963.p.p. 65-69.



O que percebemos no jornal “O Arauto de Minas” é que as fugas estiveram presentes até os últimos meses de escravidão no país. A última fuga que encontramos noticiada se deu em 28 de janeiro de 1888 repetindo-se este anúncio até 26 de fevereiro de 1888. Quem eram esses senhores que além de gratificação oferece para pagar todas as despesas daquele que capturar seu escravo, demonstrando ainda neste momento acreditar na instituição escravista? Um deles é Gabriel Ferreira da Silva.

### **Capítulo III**

#### **Um homem e seus escravos**

Gabriel Ferreira da Silva foi um grande fazendeiro e senhor de escravos de Conceição da Barra de Minas, também um dos mais expressivos políticos filiados ao partido conservador<sup>130</sup>. Era filho de Dona Custódia Ferreira de Jesus e José Ferreira da Silva.

Gabriel foi casado com Emerenciana, filha de sua irmã Anna de Resende, portanto, Emerenciana era sua sobrinha. Os dois não devem ter ficado muito tempo casados já que, em 1866 quando se fez o inventário de Dona Custódia ele foi citado como viúvo e, nesta época, seus filhos e de Emerenciana possuíam, 12, 11 e 7 anos de idade, respectivamente, José Gabriel Ferreira da Silva, Francisco Gabriel Ferreira da Silva e Gabriel Ferreira da Silva Júnior todos beneficiados no inventário da bisavó, já que Anna, mãe de Emerenciana, e a própria Emerenciana eram falecidas, assim coube-lhes a sua parte no inventário<sup>131</sup>.

Gabriel era proprietário da Fazenda da Paciência e de acordo com seu inventário, feito ainda em vida<sup>132</sup> no ano de 1883, foram citados 56 escravos divididos entre seus três filhos,

<sup>130</sup> SOBRINHO, Antonio Gaio. *Memórias de Conceição da Barra de Minas*. São João del-Rei, 1990. Imprensa Universitária.p. 116.

<sup>131</sup> Musel Regional de São João del Rei -IPHAN. Inventário de Custódia Ferreira de Jesus. Cx 113.

<sup>132</sup> Diferentemente dos inventários da época, o de Gabriel Ferreira da Silva foi feito ainda em vida, embora não tenhamos encontrado nenhuma justificativa para esse fato, já que não foi citado nenhum tipo de doença, ou incapacidade do inventariado.

que nesta época já estavam casados, José casado com Maria Thereza de Almeida e Silva, Francisco casado com Maria Augusta de Almeida e Silva e Gabriel Júnior casado com Maria das Dores de Resende e Silva.<sup>133</sup>

No levantamento das fugas de escravos anunciadas pelo jornal “O Arauto de Minas”, de 1877 a 1888, dentre as 24 ocorridas em Conceição da Barra 17 eram de escravos dessa família. Por esse motivo fomos em busca de inventários e testamentos dos proprietários de escravos de Conceição da Barra, na intenção de compreendermos os motivos de tantas fugas, mas encontramos apenas o inventário de Gabriel Ferreira da Silva.

Em 23 de janeiro de 1887, faleceu Gabriel Ferreira da Silva, o jornal que, tantas vezes noticiou as fugas de seus escravos, publicou dessa vez uma nota sobre seu falecimento:

“José Gabriel Ferreira da Silva, Francisco Gabriel Ferreira da Silva e Gabriel Ferreira da Silva Júnior, ainda com os corações oprimidos de doloroso sentimento pelo passamento de seu sempre lembrado e muito prezado pae o Sr. Gabriel Ferreira da Silva, vêm por meio da imprensa dar significativa expansão de profundo reconhecimento e imorredoura gratidão aos seus amigos e parentes, que neste transe tristíssimo tantas e enormes provas deram de amizade e dedicação. Não podem deixar, outrossim, de mencionar, registrando-se devedores de uma eterna gratidão, os nomes dos ilustres clínicos drs. Salles Gomes, Balbino da Cunha, Antonio Xavier e Francisco Mourão, aos quês muito agradecem a promptidão e esforços com que se houveram salvar com dedicação sem limites. Aos redactores do Arauto de Minas e da Gazeta Mineira também de modo especial agradecem as provas de estima que prestaram ao finado e as visitas de condolência que lhes fizeram. Conceição da Barra, 16 de Fevereiro de 1887.<sup>134</sup>”

Assim encerrava-se a vida de um rico fazendeiro, entretanto, José Gabriel não se fez menos conhecido que seu pai, “*tornou-se senhor de numerosa escravaria, era de feroz crueldade para com seus escravos, os quais castigava com frequência* <sup>135</sup>”. Seus irmãos também se tornaram proprietários de escravos, e todos eles tiveram escravos fugidos, anunciados pelo “Arauto de Minas”.

Uma vez que as fugas foram uma das formas de resistência mais característica da escravidão, ao nos depararmos com um número alto de fugas em Conceição da Barra cujos proprietários eram da mesma família, acreditamos que seria possível, buscando mais

<sup>133</sup> Museu Regional de São João del-Rei –IPHAN. Inventário de Gabriel Ferreira da Silva. Cx 249.

<sup>134</sup> Biblioteca Municipal. *O Arauto de Minas*, nº 13 de 1884

<sup>135</sup> SOBRINHO, Antonio Gaio. *Memórias de Conceição da Barra de Minas*. São João del-Rei, 1990. Imprensa Universitária.p. 141.

informações sobre essas pessoas chegar a uma melhor compreensão dos motivos que levaram os escravos dessa região a recorrerem com tanta frequência às fugas. Resistência pura e simples à dominação senhorial? Super exploração do trabalho escravo? Crueldade excessiva dos senhores para com os cativos? Ou o mero desejo do escravo de conseguir a liberdade?

### 3.1 - A escravaria de Gabriel Ferreira da Silva

Em 1883, quando Gabriel faz a partilha de seus bens, 39,6 % dos seus 54 escravos possuíam idade entre 16 e 25 anos, outros 28,3% estavam entre a faixa etária de 26 a 35 anos, uma escravaria composta majoritariamente por pessoas com idade ativa. A renovação da escravaria deveria dar-se através da compra de escravos, porque embora houvesse um número considerável de uniões matrimoniais entre seus cativos, o número de crianças era bastante reduzido, o que significava um baixo índice de natalidade. Em 1872, quando os escravos foram matriculados, apenas 5 foram listados como menores de 12 anos. Em 1883 não tivemos nenhuma criança arrolada no inventário, neste caso no entanto, a explicação pode ser porque com a lei do ventre livre de 1871, não era possível haver escravos com menos de 12 anos. Vejamos a tabela de uniões conjugais para tentarmos compreender a constituição dos laços familiares entre os escravos:

**Tabela 7 - Escravos de Gabriel Ferreira da Silva quanto ao matrimônio em 1872 e em 1883**

		1872		1883	
		nº	%	nº	%
Casados	Homem	8	17,8	9	16,7
	Mulher	6	13,3	10	18,5
Solteiros	Homem	25	55,6	31	57,4
	Mulher	4	8,9	3	5,6
Viúvo	Homem	0	0	1	1,8
	Mulher	1	2,2	0	0
Noivo	Homem	1	2,2	0	0
	Mulher	0	0	0	0
<b>Total</b>		<b>45</b>	<b>100</b>	<b>54</b>	<b>100</b>

Fonte: Arquivo do Musel Regional\_IPHAN\_ Inventário de Gabriel Ferreira da Silva cx 249.

Obs: Consideramos apenas os escravos com mais de 12 anos para a constituição dessa tabela.

A tabela acima nos mostra uma escravaria composta em sua maioria por escravos do sexo masculino.

Sem compreendermos bem os motivos, na partilha dos seus bens, Gabriel não respeitou os laços familiares entre alguns de seus escravos, houve separação de 2 casais. Isso

pode significar que Gabriel não estava preocupado com a regulamentação da Igreja que proibia a separação de cônjuges, ou talvez que esta partilha na prática tenha sido outra, tendo se dado inclusive muito antes da morte de Gabriel, embora em 1887 após a sua morte seus filhos tenham ido a juízo requerer a partilha de seus bens. Levantamos essa hipótese porque em 1884 o jornal “O Arauto de Minas” ao noticiar a fuga do escravo Cesário, que na partilha dos bens de Gabriel ficaria com seu filho mais velho, já cita o então José Gabriel Ferreira da Silva, como proprietário do escravo fugitivo.

Um outro dado que nos chama a atenção na escravaria de Gabriel é que a maior parte dos escravos registrados em 1872 são naturais de Minas Gerais. Aqueles, cuja naturalidade é africana são os mais velhos, em geral com idade superior a 35 anos.

Um dos motivos para a diminuição dos africanos nas escravarias foi o fim do tráfico atlântico em 1850, levando conseqüentemente a crioulização das escravarias. Embora na fazenda de Gabriel predominassem os escravos naturais de Minas, não nos parece que a reposição de seus escravos se desse pela reprodução, já que o seu inventário sugere um tráfico intraprovincial ativo.

Conforme as notas de compras de alguns escravos que encontramos anexadas ao seu inventário, essas transações foram posteriores a 1850, o que confirma que embora o comércio de africanos tivesse sido extinto via Atlântico ele estava em pleno vapor nessa região.

Vejamos as fugas noticiadas no Jornal “O Arauto de Minas” referente a escravaria de Gabriel:

“Fugio no dia 7 de março do corrente anno (1877) o escravo por nome Lino, bahiano, idade 17 a 20 annos, sem barba, altura regular, corpolento, pernas grossa, pés grandes e dentes espontados. Quem o apprehender e levar a fazenda da Paciência freguesia da Conceição termo de S. João d’el-Rei será gratificado pelo abaixo assignado.<sup>136</sup>(grifo meu)

Lino foi um escravo que fugiu quase imediatamente após sua compra. Foi matriculado no município da cidade de Vitória em 1872. Em 1877, Gabriel o comprou de Francisco de Sales, residente na Parahyba, embora tenha sido citado no anúncio como baiano. Mal chegou e já partiu, não sabemos para onde. O motivo que levara o escravo a fugir pode ter sido o desejo de retornar a região onde vivia anteriormente. Segundo Sidney Chalhoub, “*a mudança*

---

<sup>136</sup> Biblioteca Municipal Baptista Caetano. *O Arauto de Minas*, ano 1877.

*de senhor era um dos momentos mais dramáticos na vida de um escravo, quando tudo precisava ser renegociado, às vezes sob condições muito difíceis.*<sup>137</sup>”

Se Lino foi ou não encontrado, nos faltam elementos para qualquer afirmação precisa. Entretanto não foi citado no inventário de Gabriel feito em 1883. A ausência de Lino no inventário de Gabriel nos leva as seguintes hipóteses: a primeira é que realmente tenha se saído bem em sua fuga, a segunda é que tenha sido capturado, mas, o senhor se desfez do cativo(vendeu ou trocou) antes do inventário, há ainda a possibilidade desse escravo ter sido capturado e ter morrido, já que, a mortalidade entre os cativos era grande. Causas para isso é o que não faltava, desde uma alimentação deficiente, até castigos excessivos.

Um outro escravo de Gabriel que resolveu fugir foi Cesário, entretanto, sua fuga não deve ter durado muito, vejamos:

“Fugio da fazenda da Paciência freguesia de Conceição da Barra município da cidade de S. João d’el Rei, no dia 9 de janeiro de 1878 o escravo Cesário, pardo idade de 18 annos, alto e magro, cabelo soffrivel e não é bem preto, é um pouco crespo, parece ter os dedos dos pés tortos para dentro que no andar apparece, os calcanhares torcidos para fora. Tem sido pagem, e campeiro, e monta em animaes bravos, tem pouco costume de trabalhar na roça.”<sup>138</sup>”

Cesário, em 1872 foi arrolado na lista dos escravos, como pardo, solteiro, natural de Minas, e do serviço doméstico. Embora fosse um escravo cuja atividade que exercia o aproximava do senhor<sup>139</sup>, Cesário, parecia não estar satisfeito com alguma coisa, por isso em 1878, fugiu. A confiança que o senhor depositava em Cesário pode ter facilitado sua fuga<sup>140</sup>. Mas, não teve muita sorte, uma vez que, em 1883, quando Gabriel fez inventário, ele foi doado a Francisco Gabriel Ferreira da Silva para ser vendido, o que indica que fora capturado.

Por que Cesário fora vendido? Pode ser que seu senhor também não se encontrasse muito satisfeito com a fuga que empreendera, talvez já viesse também se “comportando mal”(deixando de fazer o serviço por exemplo). Neste caso é preciso aventarmos para a possibilidade de que Cesário já estivesse usando estratégias para forçar sua venda, conforme João José Reis e Eduardo Silva, “*muitos escravos assumiam uma posição não*

---

<sup>137</sup> CHALHOUB, Sidney. *Visões da Liberdade: Uma história das últimas décadas de escravidão na corte*. São Paulo: Cia das Letras, 1990.pp.10-11

<sup>138</sup> Biblioteca Municipal Baptista Caetano. *O Arauto de Minas*, ano 1878.

<sup>139</sup> Estamos considerando aqui como Freyre que os escravos domésticos tinham acesso a um melhor tratamento e melhores condições de vida em comparação aos outros escravos.

<sup>140</sup> A fuga dependia de oportunidade. Os escravos domésticos embora estivessem sobre o mesmo teto que os senhores eles a par das e ausências dos senhores e conseqüentemente das melhores oportunidades para fugirem.

*colaboracionista, para pressionar senhores indesejáveis a vendê-los, ou ainda para voltarem a antigos donos, com os quais haviam acordado, ao longo dos anos o limite da dominação<sup>141</sup>”.*

Embora pareça estranho levantarmos essa questão, a venda de Cesário não nos parece algo casual. Um escravo de 22 anos de idade no auge da força, sadio (pela avaliação desse escravo 1:800\$000, não devia haver nada de errado com a saúde de Cesário), sua venda nos parece bastante suspeita, mesmo porque no inventário de Gabriel está é a única venda de escravo mencionada, embora não se fale em preço, em comprador, apenas uma nota justificando que “Cesário foi doado a Francisco Gabriel Ferreira da Silva para ser vendido.”

Um outro escravo de Gabriel Ferreira da Silva que fugiu foi Gustavo:

“Fugio da Fazenda da Cachoeira, freguezia da Conceição da Barra, município de S. João del-Rey, pertencente ao abaixo assignado o escravo de nome Gustavo, bahiano, alto, idade 40 a 45 annos, tendo muito pouca barba, bem preto, dentusso, falla carregada, tem uma das orelhas furadas, espigado, tem aptidão para todo serviço de lavoura com muito desembaraço, bom arreador de tropa, não fuma e nem bebe. Quem o prender será gratificado com cem mil reis e pago do trabalho da prisão e despesas. Fazenda da cachoeira, 21 de janeiro de 1884.<sup>142</sup>”

Gustavo foi comprado, em 1876, por Gabriel Ferreira da Silva de Francisco Ribeiro da Silva, também proprietário de escravos em Conceição da Barra de Minas. Em 1878, Gabriel comprou Ana e sua filha Maria. Gustavo e Ana se casaram. Em 1884, Gustavo fugiu. O anúncio do jornal se refere a Gustavo como escravo de José Gabriel. De acordo com o inventário de Gabriel Ferreira da Silva, Gustavo e sua esposa Ana ficariam com José Gabriel. Uma coisa que nos parece provável é que logo que se fez o inventário os filhos de Gabriel já teriam assumido sua parte na herança. Mas por que Gustavo fugira? A fuga de Gustavo parece-nos mais complicada de esclarecer, já que abandonara inclusive a esposa Ana. Será que Gustavo fora vítima de algum castigo cruel? É bem verdade que a mudança de dono, era seguida muitas vezes por um período de adaptação, escravos acostumados a um ritmo de trabalho, muitas vezes acabavam vivenciando grandes alterações no seu modo de vida. Talvez este tenha sido o caso de Gustavo, assim como o de Lino.

### **3.2 – As fugas de Conceição da Barra**

---

<sup>141</sup> REIS, João José e SILVA, Eduardo. *Negociação e Conflito: A resistência negra no Brasil escravista*. São Paulo: Cia das Letras, 1989.p. 63

<sup>142</sup> Biblioteca Municipal Baptista Caetano. *O Arauto de Minas*, ano 1884

Distrito de São João del Rei, no final do século XIX, Conceição da Barra foi o local que registrou maior número de fuga no jornal. Embora as fugas individuais tenham sido as que prevaleceram no período estudado, as fugas coletivas foram vez ou outra registradas na região são-joanenses, e em Conceição da Barra não foi diferente, um anúncio em especial merece nossa atenção:

“Fugiram da fazenda do Rio do Peixe freguezia da Conceição, termo de S. João del Rei, os seguintes escravos pertencentes a Francisco Rribeiro da Silva.

David- idade 32 annos corpolento, dedos dos pés tortos, pouca barba, não tem dentes na frente. Cesario- 22 annos, tem um signal no rosto do lado direito, está começando a barbar. Prisco- 30 annos bahiano, fula, falta de dentes na frente, não tem barba e tem o beijo inferior grosso, tem as pernas tortas para dentro. Adão- 30 annos, corpo regular, barbado, fula, desdentado, passos curtos e apressados, olhar espantado. Luciano- 23 annos, preto, baixo, sem barba, bons dentes, pernas finas, pés pequenos.

Os trez primeiros fugiram no dia 29 do mez passado e os outros no dia 1º do corrente, suppõe-se porem que ajuntaram-se e dirigiram-se para a cidade de formiga procurando S. Francisco ou guiados por Cezario que foi da Campanha tomem a direção d’aquela cidade.<sup>143</sup>”

Embora os escravos preferissem as fugas individuais, isso não significa que o percurso também fosse seguido sozinho. Esse anúncio demonstra esse fato, “*os primeiros três escravos fugiram no dia 29 do mês passado*”, “*os outros dois no dia primeiro deste mês*”, fugiram em dois grupos distintos mas o senhor suspeita que tenham se reunido e tomado o caminho de Campanha, guiados por Cezario. O que haveria de tão especial em Campanha que tivesse levado os escravos a acompanharem Cezario em sua trajetória? Um outro possível destino dos escravos segundo o proprietário era a cidade de São Francisco, talvez porque alguns tivessem vindo de lá. Ou seja, há um desejo dos escravos em retornarem para o local de onde vieram.

Observamos uma certa recorrência das fugas ligadas a mudança de senhor, (fosse pela compra, ou pela herança) como parece ter sido os casos do Lino, de Gustavo e Manoel. A mudança de senhor criava vários problemas para o escravo um deles era a separação de familiares, o escravo também precisava se adaptar a uma nova rotina de vida, as regras e exigências do novo senhor, e ao ambiente desconhecido. Entretanto no início do nosso trabalho um de nossos objetivos foi desvendar os motivos para as fugas de escravos na região,

---

<sup>143</sup> Biblioteca Municipal Baptista Caetano. *O Arauto de Minas*, ano 1878.

acreditávamos que trabalhando com inventários e testamentos de senhores de escravos da região de Conceição da Barra e cruzássemos os dados com os anúncios de fugas, poderíamos detectar esses motivos. Mas não foi o que ocorreu, mesmo porque só encontramos o inventário de um dos senhores de Conceição da Barra. Mas esse inventário nos permitiu conhecer o perfil desses escravos cujo proprietário era Gabriel Ferreira da Silva, também verificamos o quanto os laços de parentesco eram comum.

Não nos foi possível nem mesmo concluir sobre os motivos que tiveram os escravos de Gabriel para fugirem, ao contrário, encontramos escravos tanto recém-comprados como escravos que já estavam na fazenda a muitos anos como é o caso de Messias, escravos que foram em busca da família como Manoel e escravos que fugiram deixando para traz parentes e esposa como fez Messias e Gustavo.



## CONSIDERAÇÕES FINAIS

“...O espírito de rebelião ensinou a muitos cidadãos que havia escravos que desejavam ser livres. Se todos os escravos tivessem sido dóceis e contentes, teria sido possível mantê-los indefinidamente na escravidão, mas os espíritos violentos tornaram o sistema escravocrata um problema que não podia ser silenciado.<sup>144</sup>”

O nosso trabalho, inicialmente teve como objetivo fazer um levantamento das fugas que ocorreram na região são-joanense na última década de escravidão no Brasil, já que a fuga foi um dos principais atos de resistência do negro, durante toda a escravidão.

Verificar em que medida a resistência escrava, e claro, as fugas contribuíram no processo de abolição da escravatura, também foi nosso propósito.

Queríamos compreender porque os escravos fugiam, a relação da família escrava com as fugas, e mesmo a visão dos senhores sobre esses escravos. A idéia de cruzar os anúncios com o inventário de um senhor, que noticiou fuga de escravo nesse período, nos forneceu dados muito importante, que somente com os anúncios do jornal não teria sido possível, como por exemplo, a existência de famílias escravas na região.

Percebemos que as fugas nessa região eram freqüentes. E tão freqüente quanto o resistir escravo foi o apego que se teve em São João del-Rei a escravidão já que, os anúncios

---

<sup>144</sup> GENOVESE, Eugene Dominick. *Da rebelião á revolução: as revoltas ,de escravos negros nas Américas;* tradução Carlos Eugênio Marcondes Freitas. São Paulo: editora Global, 1983.p. 11.

de fugas escravas estiveram sempre presentes no Jornal “O Arauto de Minas” sendo noticiadas até fevereiro de 1888, ou seja menos de três meses antes da abolição.

Embora as idéias abolicionistas já circulassem por todo o país, em São João del-Rei, os jornais, e os proprietários de escravos assumem posturas bastante conservadoras. Segundo Sirleia Arantes, em um primeiro momento são contrários inclusive ao emancipacionismo previsto pela lei de 1871, somente à medida que percebem que tal lei não interferia na prestação de serviço escravo, declaram-se emancipacionista<sup>145</sup>. Mas não abolicionistas:

“O empenho culminante dos que solapam para derrubar, é proclamar a ineficácia das instituições para realizar o bem e evitar o mal. Desvairado assim o senso público, cada conquista feita no terreno da liberdade se lhe afigura um novo triumpho alcançado pela liga dissolvente contra a franqueza e contra a inércia de vetustas instituições. O abolicionismo é apenas um pretexto. Se conseguisse triumphar absolutamente contra a escravidão attentaria em seguida contra a propriedade e o solo.

Vencida e aniquilada a resistência das classes ordeiras, o regimem federativo viria logo depois tomar o lugar da monarchia para romper talvez mais tarde a integridade nacional. Seja como for é tempo de conter a anarchia...As transacções não são mais possíveis. É mister resistir<sup>146</sup>.”

Acreditamos que esta citação ilustra bem a postura dos são-joanenses sobre as idéias abolicionistas. “A instituição escravista estava sendo ameaçada, mas era preciso resistir”!

Resistência e contradição são termos que segundo nossa visão expressam bem os últimos anos de escravidão no país.

Os senhores, embora soubessem que escravidão estava fadada ao fracasso - o fim do tráfico de escravos em 1850, já não injetava mais mão de obra cativa no mercado brasileiro, e as leis emancipacionistas, aboliam gradativamente a escravidão- mesmo assim procuravam resistir. Anúncios de venda e compra de escravos, recompensa e aluguel de cativos nas páginas do Arauto reforçam nossa suspeita.

---

<sup>145</sup> ARANTES, Sirleia Maria. Como Se De Ventre Livre Nascera: *As Cartas De Alforria Em São João Del-Rei (1870-1888)*. São João Del-Rei: Monografia da Pós-Graduação(lato sensu) em História de Minas no séc.XIX. Funrei, 2000.p. 68.

<sup>146</sup> Biblioteca Municipal Baptista Caetano. *O Arauto de Minas*, nº 22 ano 1885.

Entretanto, as leis emancipacionistas também representavam para os escravos a garantia de que o cativeiro chegaria ao fim, e isso inspirou ainda mais os atos de resistência escrava, principalmente porque uma parte da sociedade já os apoiava, já não lutavam mais sozinhos, podiam contar com o apoio de abolicionistas.

Enfim, segundo nossa pesquisa, os escravos que mais recorreram às fugas foram homens, preferiram as fugas individuais, geralmente os mais jovens (16-25 anos), se eram solteiros ou casados, não nos foi possível precisar, já que os anúncios não mencionam este dado; grande parte dos cativos que fugiam apresentavam marcas e cicatrizes em seu corpo, embora não tenhamos conseguido identificá-las se eram de castigos, ou marcas deixadas pelas longas horas de trabalho, que os senhores impunham-lhes.

Assim, com tantas fugas de escravos (102) registradas no jornal “O Arauto de Minas” de 1877-1888, concluímos que essa região apresentava um forte apego à escravidão, já que os senhores continuavam a procurar pelo negro fujão e a ofertarem recompensas pela sua captura. Por outro lado 102 fugas expressam como a resistência escrava esteve presente nesta sociedade. Na verdade estes escravos (e tantos outros que pressionaram, por outras formas de resistência) foram artífices de sua própria liberdade.

## BIBLIOGRAFIA

### Fontes primárias:

Musel Regional de São João del-Rei - IPHAN, São João del-Rei.

- Inventários: - Custódia Ferreira de Jesus. Cx 113.

- Gabriel Ferreira da Silva. Cx 249.

Biblioteca Municipal Baptista Caetano D'Almeida

- Periódicos:

- “O Arauto de Minas”: - De 08/03/1877 a 26/02/1878, nº 1 á 51

- De 04/03/1878 a 27/02/1879, nº 1 á 45

- De 07/03/1879 a 26/02/1880, nº 1 á 46

- De 04/03/1880 a 26/02/1881, nº 1 á 48

- De 05/03/1881 a 02/03/1882, nº 1 á 50

- De 01/05/1882 a 08/02/1883, nº 1 á 40

- De 08/03/1883 a 29/02/1884, nº 1 á 44

- De 15/03/1884 a 28/02/1885, nº 1 á 43

- De 21/03/1885 a 28/02/1886, nº 3 á 43

- De 10/03/1886 a 08/01/1887, nº 1 á 35

### Viajantes e Memorialistas

HILLAIRE, Auguste de Saint. *Viagens ás Nascentes do Rio São Francisco e pela Província de Goiás*. Vol 68. Rio de Janeiro: Cia Editora Nacional 1944.

MATOS, Raimundo José da Cunha. *Corografia histórica da província de Minas Gerais (1837)*. Vol 1. Belo Horizonte: Editora Itatiaia, 1981.

SOBRINHO, Antonio Gaio. *Memórias de Conceição da Barra de Minas*. São João Del-Rei,: Imprensa Universitária, 1990.

### Obras citadas e consultadas

- ALGRANTI, Leila Mezan. *O Feitor Ausente: Estudos sobre a escravidão urbana no Rio de Janeiro, 1808-1822*. Petrópolis: Editora Vozes, 1988.
- ARANTES, Sirleia Maria. *Como Se De Ventre Livre Nascera: As Cartas De Alforria Em São João Del-Rei (1870-1888)*. São João Del-Rei: Monografia da Pós-Graduação(lato sensu) em História de Minas no séc.XIX. Funrei, 2000.
- BARBOSA, Rui. *A emancipação dos escravos: o projeto Dantas(dos sexagenários) e o parecer que o justifica*. Rio de Janeiro: Fundação casa de Rui Barbosa,1988
- BRUGGER, Silvia Maria Jardim. *Patriarcalismo e relações familiares em Minas Gerais*. (Mimeo).
- CARDOSO, Ciro Flamarion e VAINFAS, Ronaldo (org.). *Domínios da história:Ensaio de Teoria e Metodologia*. Rio de Janeiro: Campos, 1997.
- CARDOSO, Fernando Henrique. *Capitalismo e Escravidão no Brasil Meridional: o negro na sociedade escravocrata do Rio Grande do Sul*. 2º ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.
- CARDOSO, Maria Tereza Pereira. *Crime e Kituxi: Noções de Direito e Justiça Entre os Escravos Nas Vilas Del-Rei, 1750-1850*. (Mimeo).
- \_\_\_\_\_. *Os tigres da Hircânia: Crime e Justiça na Comarca do Rio das Mortes século XIX*. (Mimeo).
- CASTRO, Hebe Maria da Costa Mattos Gomes de. *Das Cores do Silêncio: Os significados da liberdade no sudeste escravista-Brasil séc XIX*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1995.
- CHALHOUB, Sidney. *Visões da Liberdade: Uma história das últimas décadas de escravidão na corte*. São Paulo: Cia das Letras, 1990.
- CONRAD, Robert. *Os últimos anos da escravatura no Brasil, 1850-1888*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2º ed, 1978.
- COSTA, Emília Viotti da. *Da Senzala á Colônia*.São Paulo: Editora Brasiliense, 3ª ed, 1989.
- FARIA, Sheila S. de Castro. *A colônia em Movimento: Fortuna e Família no Cotidiano Colonial*. Niterói: tese de doutorado, UFF 1994.
- FLORENTINO, Manolo Garcia e GOES, José Roberto. *Parentesco e família entre os escravos de Vallim*, IN CASTRO, Hebe Maria Mattos de Castro e SCHNOOR, Eduardo. *Resgate: Uma janela paras o oitocentos*.Rio de Janeiro: Topbooks, 1995. 245 p: il.
- \_\_\_\_\_. *A paz nas senzalas: famílias escravas e tráfico atlântico*. Rio de Janeiro, c. 1790-c.1850. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.

FRAGOSO, João Luis Ribeiro. *A economia de subsistência: um mosaico de formas não-capitalistas de produção* IN: *Homens de grossa aventura: acumulação e hierarquia na praça de Rio de Janeiro(1790-1830)*. Rio de Janeiro. Arquivo Nacional,1992.

FREYRE, Gilberto. *O Escravo nos Anúncios de Jornais Brasileiros do Século XIX*. Recife: Imprensa Universitária, 1963.

\_\_\_\_\_. *Casa Grande e Senzala: Formação da família brasileira sob o regime escravista da economia patriarcal*. 25° ed., Rio de Janeiro: José Olympio, 1987.

GENOVESE, Eugene Dominick. *Da rebelião á revolução: as revoltas ,de escravos negros nas Américas;* tradução Carlos Eugênio Marcondes Freitas. São Paulo: editora Global, 1983.

GERBARA, Ademir. *O mercado de trabalho livre no Brasil, 1871-1888*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

GORENDER, Jacob. *A escravidão Reabilitada*. 2° ed., São Paulo: Ática, 1991.

\_\_\_\_\_. *O Escravismo Colonial*. 5° ed., São Paulo: Ática, 1988.

GRAÇA FILHO, Afonso de Alencastro. *Jogando Caxangá: notas sobre as divisões jurídico administrativas na comarca do Rio das Mortes durante o século XIX*. Vertente. Universidade Federal de São João Del-Rei. São João Del-Rei, 1993, n. 1, p. 29-37.

GRINBERG, Keila. *Liberata: a lei da ambigüidade: as ações de liberdade da corte de apelação do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro:Relume-Dumará, 1994.

KARASCH, Mary C. *A Vida dos Escravos no Rio de Janeiro (1808-1850)*. São Paulo: Cia das Letras, 2000.

LARA, Silvia Hunold. *Campos da Violência: Escravos e Senhores na Capitania do Rio de Janeiro 1750-1808*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

LENHARO, Alcir. *As tropas da moderação: O abastecimento da corte na formação política do Brasil, 1808-1842*. São Paulo: Símbolo, 1979.

LINHARES, Maria Yeda (org) . *História Geral do Brasil*. 6ªed. Rio de Janeiro.

MACHADO, Maria Helena Pereira Toledo. *Crime e Escravidão: Trabalho luta e resistência nas lavouras paulistas 1830-1888*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987.

MACHADO, Maria Helena Pereira Toledo. *O Plano e o Pânico: Os movimentos sociais na década da abolição*. Rio de Janeiro: editora UFRJ, EDUSP, 1994.

MALHEIRO, Perdigão. *A Escravidão no Brasil ensaio histórico, jurídico, social*. Vol.1 Petrópolis: Vozes, 1976

\_\_\_\_\_. *O Plano e o Pânico: Os movimentos sociais na década da abolição*. São Paulo: Editora universitária de São Paulo, 1994.

MARTINS, Roberto Borges. *Minas e o tráfico de escravos no século XIX*. Belo Horizonte CEDEPELAR/UFMG, 1982.

MATOS, Raimundo José da Cunha. *Corografia Histórica da Província de Minas Gerais (1837)* vol. 1, Belo Horizonte: Itatiaia, 1981.

MATOSO, Kátia de Queirós. *Ser escravo no Brasil*. 3º ed. São Paulo: Brasiliense, 1990.

MORAES, Rubens Borba de Bibliografia Brasileira do Período Colonial. São Paulo, IEB, 1969.

NABUCO, Joaquim. *Política*.- Organizadora: Paula Beiguelman- São Paulo. Editora Ática, 1982.

\_\_\_\_\_. *O abolicionismo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.

REIS, João José. *Rebelião Escrava no Brasil: A história do levante dos malês (1835)*. 2º ed., São Paulo: Brasiliense, 1987.

\_\_\_\_\_. *Tambores e Tremores: A Festa Negra na Bahia na Primeira Metade do século XIX* in CUNHA, Maria Clementina Pereira (org) – *carnavais e outras festas: ensaios de história social da cultura*. Campinas: Ed. UNICAMP, 2002, pp. 101-156.

REIS, João José e SILVA, Eduardo. *Negociação e Conflito: A resistência negra no Brasil escravista*. São Paulo: Cia das Letras, 1989.

REIS, João José e GOMES, Flávio dos Santos. *Liberdade por um fio. História dos Quilombos no Brasil*. São Paulo: Cia das Letras, 1996.

SCARANO, Julita. *Cotidiano e Solidariedade: Vida diária da gente de cor nas Minas Gerais século XVIII*. 1º ed., São Paulo: Editora Brasiliense. 1994.

SILVA Maria Beatriz Nizza da. (org). *Brasil: Colonização e Escravidão*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.

SOUZA, Laura de Mello e. *Os Desclassificados do Ouro: a pobreza mineira no século XVIII*. São Paulo, 1982.

SOUZA, Nicorcina Gomes de. *Fugas De Escravos E Abolição Nas páginas Dos Periódicos de São João Del-Rei: Um estudo sobre os primeiros apontamentos na década de 80 dos oitocentos*. São João Del-Rei. Monografia da Pós-Graduação (lato-sensu) em História de Minas no século XIX, Funrei, 1998.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *Retrato Em Branco E Negro: Jornais, escravos e cidadãos em São Paulo no final do século XIX*. São Paulo: Cia das Letras, 1987.

SLENES, Robert W. *Na Senzala uma Flor: Esperanças e recordações na formação da família escrava-Brasil sudeste, século XIX*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990.

WISSENBACH, Maria Cristina Cortez. *Sonhos Africanos, Vivências Ladinhas: escravos e forros em São Paulo 1850-1880*. USP, São Paulo: Hucitec, 1998.